

# RedeAcolhe

## EM BUSCA POR JUSTIÇA

Investigação dos Crimes  
Violentos em Sobral



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO CEARÁ**





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Defensoria Pública do Estado do Ceará**  
**Biblioteca Defensor Público Moacir Gomes Sobreira**

R382

Relatório de Pesquisa Rede Acolhe em Busca por Justiça: Investigação dos Crimes Violentos em Sobral[PDF]/Coordenado por: Roger Silva Sousa, Thiago de Holanda Altamirano, Grazielle de Albuquerque Moura Paiva, Assistente de Pesquisa. José Edmilson Rios Morais Júnior. - Fortaleza: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Rede Acolhe. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará., SECOM, 2023.

77p.: il. color

Modo de acesso: PDF

ISBN: 978-65-84557-12-3

1. Homicídios. 2. Investigação. 3. Violência. 4. Rede Acolhe. 5. Direito.  
I. Título. II. Sousa, Roger Silva. III. Altamirano, Thiago de Holanda. IV. Paiva, Grazielle de Albuquerque Moura. V. Morais Júnior, José Edmilson Rios. VI. Defensoria Pública do Estado do Ceará. VII. Rede Acolhe. VIII. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. IX. Comitê de Prevenção e Combate à Violência. X. Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará - ESDP. XI. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Defensoria Pública do Estado do Ceará - NUESP.

CDD: 340

# RedeAcolhe

## EM BUSCA POR JUSTIÇA

Investigação dos Crimes  
Violentos em Sobral



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**  
Comitê de Prevenção e Combate à Violência

**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO CEARÁ**



# DEFENSORIA PÚBLICA DO CEARÁ

## **Defensora Pública Geral do Estado do Ceará**

ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA

## **Subdefensora Geral do Estado do Ceará**

SÂMIA COSTA FARIAS MAIA

## **Secretária Executiva**

FLÁVIA MARIA DE ANDRADE LIMA

## **Diretora da Escola Superior da Defensoria**

AMÉLIA SOARES DA ROCHA

## **Coordenadora das Defensorias da Capital**

MANFREDO ROMMEL CÂNDIDO MACIEL

## **Coordenadora das Defensorias do Interior**

SHEILA FLORENCIO FALCONERI

## **Subcoordenadora das Defensorias do Interior**

RENATA PEIXOTO DO AMARAL BOTELHO SILVA

## **Assessora de Relacionamento Institucional**

LIA CORDEIRO FELISMINO

## **Assessor de Planejamento e Controle**

LEANDRO SOUSA BESSA

## **Assessor Jurídico**

PETRUS HENRIQUE GONÇALVES FREIRE

## **Assessor de Desenvolvimento Institucional**

VICTOR MATOS MONTENEGRO

## **Coordenador de Tecnologia da Informação**

BRUNO FIORI PALHANO MELO

## **Supervisora do Núcleo de Estágio de Graduação e Pós-Graduação**

CAMILA VIEIRA NUNES MOURA

## **Coordenadora de Comunicação**

BIANCA DA CÂMARA FELIPPSSEN

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

## MESA DIRETORA

### Presidente

EVANDRO LEITÃO

### 1º Vice-presidente

OSMAR BAQUIT

### 2º Vice-presidente

DAVID DURAND

### 1º Secretário

DANNIEL OLIVEIRA

### 2º Secretária

JULIANA LUCENA

### 3º Secretário

JOÃO JAIME

### 4º Secretário

DR. OSCAR RODRIGUES

### 2º Suplente da Mesa

EMILIA PESSOA

### 3º Suplente da Mesa

LUANA RIBEIRO

## COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA

### Presidente

RENATO ROSENO - DEPUTADO ESTADUAL

### Coordenação Técnica

THIAGO DE HOLANDA

### Equipe Técnica

FRANCIANE SANTOS, JOAQUIM ARAÚJO,  
RAIMUNDO MADEIRA, ROGER SOUSA,  
SANDERSON AMARAL, SARA VICTOR,  
STELLA MARIS PACHECO, EVELYN BARRETO,  
SARAH MENEZES

# FICHA TÉCNICA

## **Realização**

Defensoria Pública do Ceará / Rede Acolhe  
Assembleia Legislativa do Ceará / Comitê de  
Prevenção e Combate a Violência

## **Apoio**

Prefeitura de Sobral / Secretaria de Segurança  
Cidadã

## **Coordenação**

Thiago de Holanda Altamirano  
Roger Silva Sousa

## **Estagiárias de Pós-graduação**

Antonio Victor Aires Fontenele  
Eskarlaty Alves Caetano  
Maria Janaína da Silva Sousa  
Moisés Silva de Mesquita  
Rômulo Albuquerque Porto  
Saritha Beatriz Costa Braga

Thais Albuquerque Marinho Dias  
José Wendel Silva de Oliveira

## **Sistematização e Análise de Dados**

Roger Silva Sousa  
Sarah Emanuelli Silva Victor

## **Produção de texto**

Roger Silva Sousa  
Thiago de Holanda Altamirano  
Grazielle Albuquerque

## **Colaboração e Revisão Técnica**

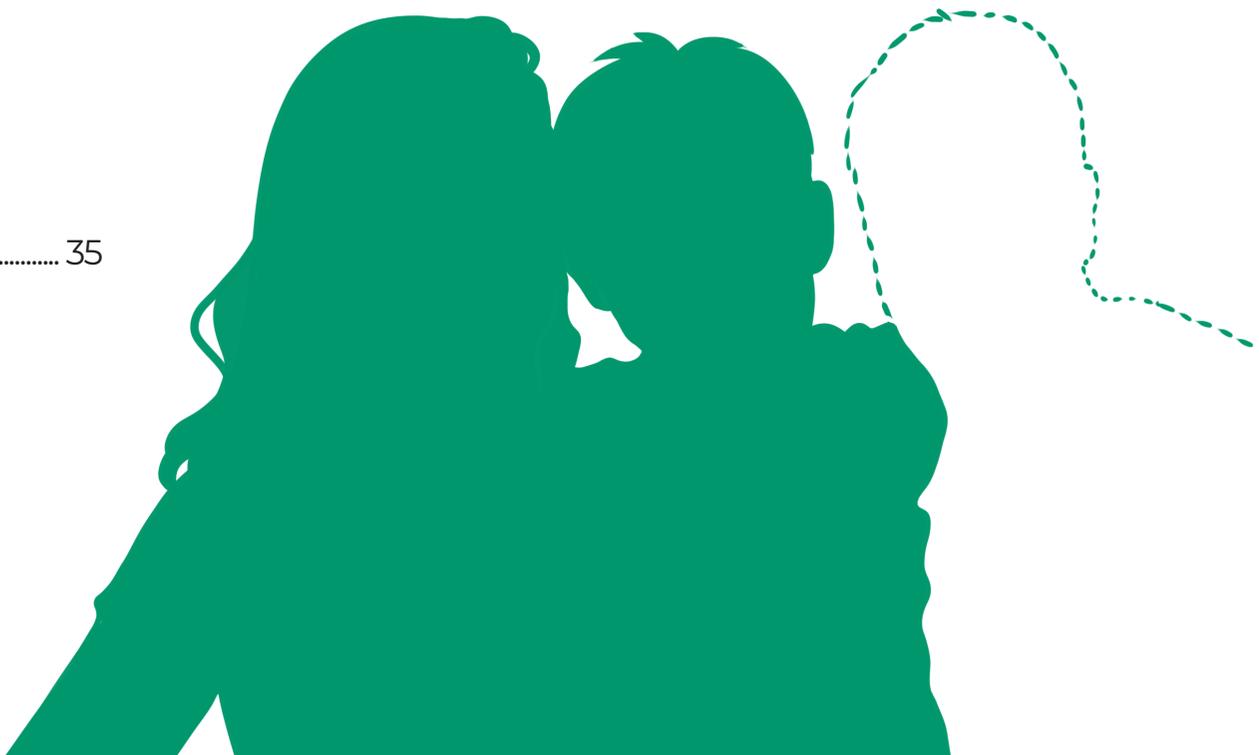
Grazielle Albuquerque  
Evelyn de Sá Barreto  
Emanuela Leite

## **Bibliotecária**

Rosana Nunes Lira

# SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>	<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>2. HOMICÍDIOS EM SOBRAL: ANÁLISE A PARTIR DOS REGISTROS POLICIAIS.....</b>	<b>11</b>	<b>8. RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>65</b>
<b>3. PERFIL DAS VÍTIMAS.....</b>	<b>13</b>	<b>9. NOTA METODOLÓGICA.....</b>	<b>68</b>
- 3.1.1 Incidência geoespacial dos homicídios em Sobral.....	20	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
<b>4. DINÂMICA DA VIOLÊNCIA NOS TERRITÓRIOS.....</b>	<b>24</b>		
- 4.1.1 Descrição da forma como os homicídios ocorreram, a partir dos registros policiais.....	26		
- 4.1.2 Arma de fogo: gatilho da violência.....	32		
<b>5. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO DO HOMICÍDIO.....</b>	<b>35</b>		
<b>6. INVESTIGAÇÃO, DENÚNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO DOS CASOS.....</b>	<b>51</b>		
- 6.1.1 Responsabilização dos casos de homicídio.....	53		
- 6.1.2 Resumo dos documentos.....	56		



# 1. APRESENTAÇÃO

A complexidade do fenômeno da violência armada no estado do Ceará exige uma grande frente que convoque gestores, operadores do sistema de justiça e parlamentares para uma agenda estratégica de prevenção que considere a produção de conhecimento como referência fundamental. A implementação, em 2017, do Programa de Atenção Integral a Vítimas de Violência (Rede Acolhe), pela Defensoria Pública do Ceará é exemplo da potência dessa sinergia e tem como marco inicial as recomendações feitas pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa (CPCV) do Ceará, um ano antes da criação do programa.

A urgência da ação e a confluência de atores estão na base da criação da Rede Acolhe, cujo objetivo é o de prevenir a violência, por meio do atendimento direto às vítimas

de crimes graves contra a vida, voltando suas ações atualmente, sobretudo, ao acompanhamento dos familiares de vítimas de homicídio, de feminicídio, de vítimas de tentativa de homicídio e de ameaçados de morte.

Em 2019, a Rede Acolhe adotou o mecanismo de busca ativa como estratégia para encontrar as famílias de vítimas de homicídio em Fortaleza. Essa iniciativa é uma importante ferramenta por conta da invisibilidade vivenciada pelas vítimas, seja de forma direta ou indireta, no que toca às instituições do Sistema de Justiça, Segurança Pública e Proteção Social.

Como parte da busca ativa, objetivando a localização dos familiares de vítimas de homicídios no ano de 2019, em Fortaleza, pesquisamos informações nos processos dispo-

níveis no Sistema de Automação do Tribunal de Justiça do Ceará (Esaj-TJ). Procuramos nesses documentos, informações que nos levassem aos familiares das vítimas. Na elaboração desse material, foi possível ampliar as dimensões sobre o contexto e as dinâmicas nas quais ocorreram os homicídios. Para isso, criamos um instrumento com mais de 180 variáveis que possibilitou avaliar o perfil das vítimas, das dinâmicas dos homicídios na Capital e dos caminhos processuais, bem como entender as vulnerabilidades dos familiares das vítimas durante o percurso da investigação criminal ou de quando a investigação se converteu em processo judicial.

Em todas essas etapas, nosso intuito foi dar visibilidade à busca por justiça e memória. Trata-se de um percurso dolorido e desafiador feito por familiares em nome daqueles que foram vítimas de assassinatos. Em outros casos, apesar das diversas ameaças, as próprias vítimas seguem perseverando nesse percurso em busca da justa reparação.

O trabalho da Rede Acolhe resultou na publicação do relatório intitulado: Em busca por Justiça: investigação dos crimes violentos em Fortaleza, um olhar da Defensoria Pública do Ceará (2020). O documento apresenta recomendações que foram entregues a diversas instituições cearenses, tais como: Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, além de outros órgãos do Sistema de Justiça.

Diante desse histórico e dos resultados obtidos em 2022, articulamos uma estrutura de pesquisa com o intuito de replicar o estudo realizado pela Rede Acolhe em Fortaleza. Desta vez, a pesquisa se debruçou sobre a realidade de Sobral, cidade localizada na Região Norte do Ceará, a 235 quilômetros de Fortaleza, e centrou esforços em analisar os documentos referentes a crimes ocorridos em 2019, 2020 e 2021.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi estabelecida uma cooperação técnica entre a Defensoria Pública do Ceará, a Assembleia Legislativa e a Prefeitura de Sobral. Para alcançarmos êxito, foi mobilizada uma estrutura de pessoal e recursos físicos, que contou com a indicação de um profissional para a coordenação técnica, de um cientista de dados, de sete estagiárias de pós-graduação, além da colaboração de pesquisadores do quadro da Defensoria e um aparato com computadores e recursos tecnológicos para acessar e analisar os documentos. Foi necessário um acompanhamento rigoroso da coleta dos dados para dar conta da análise de mais de 180 variáveis quantitativas e qualitativas extraídas de 103 processos. Ao todo, foram verificadas quase 15 mil páginas de documentos. Todo o esforço empreendido resultou em uma análise minuciosa dos processos de investigação de homicídios na cidade de Sobral, extraídos do Esaj-TJ, no período de julho a agosto de 2022.

Acreditamos que esse estudo possa tanto fortalecer as estratégias de prevenção à violência letal em Sobral, como também influenciar ações semelhantes em municípios de mesmo porte, servindo de esteio para articular políticas públicas e ações junto à Prefeituras, ao Governo do Estado, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, à Defensoria Pública do Ceará e à Assembleia Legislativa. Todos em uma articulação que possa ser replicada como nas experiências anteriores.

Em resultado da pesquisa, elaboramos uma série de recomendações apresentadas neste relatório, com o intuito de orientar e indicar os melhores percursos para a elaboração e o fortalecimento de políticas de prevenção à violência. A efetiva implementação das recomendações certamente será um caminho para fortalecer as ações já desenvolvidas pelo município. Ações essas que, reiteramos, têm mais resultados quando feitas em conjunto com uma série de atores e instituições.

Por esses motivos, especialmente devido ao trabalho em rede já realizado no município, entendemos que Sobral apresenta condições institucionais e políticas para se tornar uma referência, entre as cidades brasileiras, na prevenção da violência armada.

## 2. HOMICÍDIOS EM SOBRAL: ANÁLISE A PARTIR DOS REGISTROS POLICIAIS

A distribuição dos casos de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na cidade de Sobral possui características semelhantes a outras cidades no Ceará. Ao analisarmos a série histórica dos homicídios no município observamos que há uma oscilação das taxas, quando comparadas ano a ano. A primeira evidência que podemos tirar dessa análise é a insuficiência de um modelo de política pública capaz de manter uma redução dos homicídios, inferindo uma diminuição peregrina e sustentável das mortes violentas.

Em detalhe, diante do recorte temporal de 2019 a 2021, podemos observar que: em 2019, foram registrados 58 homicídios em Sobral, reflexo de uma diminuição observada desde o ano anterior. No ano seguinte, em 2020, a cidade registrou 136 homicídios, o que registra um aumento expressivo de 134%, seguidos de uma leve redução de 19,12% em 2021, com 110 assassinatos, conforme apresentado na **Figura 1**:



**Figura 1.**

**Distribuição dos casos de homicídio de 2014 e 2021.**

Quando pensamos em políticas ou ações guiadas por evidência, o registro cotidiano de determinados fenômenos é crucial para a garantia da qualidade das informações. De modo contrário, elementos que podem melhorar a forma como os serviços são prestados, ou mesmo apontar soluções eficientes para gargalos nas atividades, são desprezados por não parecerem relevantes, o que reverbera no apagão de dados ou mesmo na exclusão de diversos públicos minoritários dos dados oficiais (SOUSA; SANTOS, 2022).

Metodologicamente, optar por não pressupor informações aproxima a pesquisa da realidade, evidenciando a exclusão de determinadas questões tanto no trâmite processual como no fazer das políticas públicas. Desta forma, se ater rigorosamente ao que está informado no processo, expõe tais lacunas e possibilita formas mais robustas de cobrança da qualidade e precisão das informações oficiais, reverberando diretamente nos processos de trabalho do poder público e de organizações da sociedade civil.

Dito isso, as informações apresentadas na **Tabela 1** devem ser avaliadas levando esses elementos em consideração.

# 3. PERFIL DAS VÍTIMAS

A vítima da violência no Brasil tem um perfil que se repete. De forma geral, o perfil majoritário identificado por esta pesquisa vai ao encontro do resultado de pesquisas nacionais e internacionais que apontam homens, jovens, pretos e pobres como sendo as principais vítimas de homicídio. O estudo Em Busca por Justiça (2020), elaborado também pela Rede Acolhe, analisou os casos de homicídios ocorridos em Fortaleza, no ano de 2019, e apontou para esse mesmo padrão. Tais características ganham algumas ressalvas pelas particularidades no caso de Sobral, que, possivelmente, são decorrentes da forma como são registradas as informações nos instrumentais de coleta dos dados da vítima, por parte dos agentes da Segurança Pública.

Na **Tabela 1** é possível observar que a maioria das vítimas são homens (90,74%), alfabetizados (67,65%), pardos (89,66%), com média de idade de 29 anos (Mín. = 15; Máx = 82; DP = 11,28). Além disso, a maior parte das vítimas eram cisgênero (100,00%).

Ainda, 9,9% são LGBTQIA+. Nesse contexto, é válido destacar que a variável buscou levantar informações que estavam ausentes nas fichas, permitindo compreender alguns processos de maneira mais ampla.

**A título de ilustração podemos pensar** na variável orientação sexual, em determinados documentos analisados havia uma indicação explícita de que a vítima se identificava como heterossexual, essa informação poderia estar presente em diversos documentos, como no boletim de ocorrência, ou mesmo ser observada a partir de depoimentos. Por outro lado, houve casos em que a sexualidade da vítima não estava indicada em qualquer registro, mas havia registros acerca da companheira da vítima ou de seus filhos. Em casos como esse, a heterossexualidade não foi pressuposta, sendo aplicada a resposta “não há registro”, com o objetivo de indicar a ausência de registro explícito dessa informação no documento.

**Tabela 1.** Distribuição das características das vítimas.

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>F (%) <sup>1</sup></b>	<b>% VÁLIDA <sup>2</sup></b>
<b>Gênero da vítima</b>		
Masculino	98 (89,91%)	90,74%
Feminino	10 (9,17%)	9,26%
Não há registro	1 (0,92%)	
<b>Escolaridade da vítima</b>		
Analfabeto	2 (1,83%)	1,96%
Alfabetizado	69 (63,30%)	67,65%
Ensino fundamental incompleto	12 (11,01%)	11,76%
Ensino fundamental completo	10 (9,17%)	9,80%
Ensino médio incompleto	4 (3,67%)	3,92%
Ensino médio completo	5 (4,59%)	4,90%
Ensino superior incompleto	0 (0,00%)	0,00%
Ensino superior completo	0 (0,00%)	0,00%
Não há registro	7 (6,42%)	
<b>Raça/Cor da vítima</b>		
Pardo	78 (71,56%)	89,66%
Branco	5 (4,59%)	5,75%
Negro	1 (0,92%)	1,15%
Amarelo	0 (0,00%)	0,00%
Indígena	0 (0,00%)	0,00%

Outros	3 (2,75%)	3,45%
Não há registro	22 (20,18%)	
<b>Orientação sexual</b>		
Heterossexual	16 (14,68%)	100,00%
Gay	0 (0,00%)	67,65%
Lésbica	0 (0,00%)	0,00%
Bissexual	0 (0,00%)	0,00%
Pansexual	0 (0,00%)	0,00%
Outra	0 (0,00%)	0,00%
Não há registro	0 (0,00%)	0,00%
<b>A vítima era uma pessoa trans?</b>		
Sim	0 (0,00%)	0,00%
Não	15 (13,76%)	100,00%
Não há registro	94 (86,24%)	
<b>A vítima era uma pessoa LGBT?</b>		
Sim	1 (0,92%)	9,09%
Não	10 (9,17%)	90,91%
Não há registro	98 (89,91%)	
<b>A vítima possuía pai registral?</b>		
Sim	89 (81,65%)	83,96%
Não	17 (15,60%)	16,04%
Não há registro	3 (2,75%)	

### A vítima deixa filhos?

Sim	21 (19,27%)	77,78%
Não	6 (5,50%)	22,22%
Não há registro	82 (75,23%)	

**Nota:** <sup>1</sup> n = 109; <sup>2</sup> percentual desconsiderando os casos ausentes e sem registro.

Apesar do número pouco expressivo de mulheres vítimas de homicídio no período analisado, em comparação as vítimas do sexo masculino, há um aumento significativo na taxa de homicídios (13,88%) para esse segmento da população de 2019 (3,73 por 100 mil habitantes) em 2020, sendo esse número quase duas vezes maior que a taxa estadual de homicídio de mulheres para o Ceará nesse ano (7,15%). Em relação a 2021, é possível observar uma redução na taxa de homicídios de mulheres (8,26%) em Sobral, mas ainda maior que a taxa estadual (7,23%). O padrão de distribuição de homicídios de homens é semelhante, mas apresenta valores expressivamente maiores, como se pode verificar na **Figura 2**.



## Figura 2.

**Distribuição da taxa de homicídios em função do sexo da vítima.**

**Fonte:** Monitoramento dos casos de homicídio no Ceará – Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV)

Em relação às pessoas que residiam com a vítima, na Tabela 2 é possível observar a distribuição das porcentagens. Esta informação foi levantada, sendo as categorias criadas durante a fase de análise dos dados. Em maior frequência, as vítimas moravam com seu/sua companheiro/a (18,45%) ou com suas mães (16,50%), porém é válido destacar que para mais da metade das vítimas (56,31%) não foram identificadas informações que permitissem responder à questão de moradia. Neste ponto, se evidencia o impacto da lacuna de dados, como mencionado anteriormente. Vale destacar que as mulheres são a maior parte das assistidas referenciais no Programa Rede Acolhe da Defensoria Pública do Ceará, são pessoas que perderam seus filhos, espo-

sos, netos e irmãos. Essa informação é relevante no desenho de políticas públicas de prevenção terciária aos homicídios.

A maior parte das vítimas tinha o pai no Registro de Nascimento (83,96%) e deixaram filhos em 77,78% dos casos. A questão dos órfãos da violência apareceu com menor frequência na primeira pesquisa da Rede Acolhe, realizada em 2020, na qual 36,13% das vítimas na Capital deixaram filhos, entretanto, esse ponto já se mostrou preocupante à época do estudo. O dado de Sobral demonstra ainda mais a demanda de ampliar nosso olhar para esse problema e a necessidade de criar ações municipais que atuem como suporte às famílias das vítimas.

**Tabela 2.** Distribuição das pessoas que coabitavam com as vítimas

PESSOA	F (%) <sup>1</sup>
Companheira/o	19 (18,45%)
Filho(s)	6 (5,83%)
Mãe	17 (16,50%)
Pai	7 (6,80%)
Irmãos/Irmãs	8 (7,77%)
Avó	2 (1,94%)
Tia(s)/Tio(s)	1 (0,97%)
Sobrinho/a(s)	1 (0,97%)
Sozinho/a	1 (0,97%)
Não há registro	58 (56,31%)

**Nota:**  
<sup>1</sup> n = 109

Por fim, é válido observar que uma parte expressiva das vítimas registra tentativas anteriores de homicídio (31,25%), ao passo que há um número diminuto de pessoas que possuem registro de caso de homicídio de algum familiar (2,33%). Essas informações podem ser vistas em maiores detalhes na **Tabela 3**.

**Tabela 3.** Distribuição de variáveis relacionadas a tentativas anteriores de homicídio.

VARIÁVEIS	F (%) <sup>1</sup>	% VÁLIDA <sup>2</sup>
<b>Houve tentativas de homicídio anteriores</b>		
Sim	10 (9,17%)	31,25%
Não	22 (20,18%)	68,75%
Não há registro	77 (70,64%)	
<b>Houve caso de homicídio de algum familiar</b>		
Sim	2 (1,83%)	2,33%
Não	84 (77,06%)	97,67%
Não há registro	23 (21,10%)	

**Nota:** <sup>1</sup> n = 109; <sup>2</sup> percentual desconsiderando os casos ausentes e sem registro.

Os dados apresentados nesta subseção vão ao encontro de outras pesquisas relacionadas a violência letal, em especial àquelas alinhadas ao campo da vitimologia. De forma geral, as principais características das vítimas são similares àquelas encontradas em outros contextos, tanto da América Latina, quanto da América do Norte e da Europa (Rydberg & Pizarro, 2014). Especificamente em relação a elucidação dos homicídios, a discussão das características das vítimas aponta o efeito dessas nos processos de investigação, como destacam os estudos que discutem a depreciação da vítima (OVERSTREET; MCNEELEY; LAPSEY, 2021; PECINO-LATORRE; PÉREZ-FUENTES; PATRÓ-HERNÁNDEZ, 2019).

De certa maneira, a construção social de “sujeitos matáveis” (BARROS et al., 2017; BATISTA, 1998) incide na condução da investigação, de modo a afetar as hipóteses levantadas nos momentos iniciais da investigação, que por sua vez balizam os procedimentos empregados (MEDEIROS, 2016). De modo contrário, determinadas vítimas provocam comoção social, a exemplos de crianças e idosos, provocando nos investigadores e na população uma espécie de interesse na resolução do crime, engajando-se de forma mais intensa nas diligências, enquanto a população tende a compartilhar mais informações com a polícia (WELLFORD et al., 2019).

A literatura sobre elucidação de homicídios tem se organizado em torno de duas principais concepções, as quais se diferenciam a partir do conjunto de variáveis que se enfatiza

nos pressupostos teóricos acerca da investigação (PIZARRO; TERRILL; LOFASO, 2020). De um lado figuram hipóteses relacionadas às características do homicídio, a exemplo do local do crime, a arma utilizada, bem como a quantidade de evidências disponíveis. Em linhas gerais, a relação estabelecida entre essas variáveis e a elucidação do caso se dá por meio da experiência do profissional que conduz a investigação, bem como a relação estabelecida com testemunhas (PRINCE; LUM; KOPER, 2021). Por outro lado, se organizam hipóteses que apontam características da vítima como sendo o elemento primário no processo de investigação, de modo que há margem para enviesamentos e interferência no processo de investigação a partir da posição social ocupada pela vítima (TURANOVIC, 2018).

Durante a fase de conclusão desta pesquisa foram realizadas reuniões com profissionais de diversas políticas públicas, como Assistência Social, Juventude, Saúde e de Segurança Pública, com o intuito de ampliar a compreensão dos resultados, bem como identificar como os diversos pontos da rede observam os padrões identificados. Em uma das reuniões, junto às Forças de Segurança, a discussão relacionada à teoria da depreciação da vítima foi contraposta a partir de elementos da dinâmica do campo de investigação. Os policiais não notam menor engajamento na investigação em função das características das vítimas, de modo que os elementos identificados pela pesquisa, relacionados ao atraso na investigação, fazem menção à dificuldade em se

levantar informações. Esse argumento vai ao encontro da literatura, tendo em vista que, em determinadas situações, fornecer informações relacionadas ao homicídio ou sobre as vítimas pode colocar em risco a vida da testemunha (PIZARRO; TERRILL; LOFASO, 2020).

Outro ponto apresentado pelas forças de segurança se relaciona a ausência de confiança da população em relação à Polícia, o que implica em um menor levantamento de informações (CARTER; CARTER, 2016). Esses pontos somam-se ao fato de a investigação de homicídios ter forte tradição inquisitorial, enfatizando provas testemunhais para a condução da investigação e da oferta de denúncias (FLEMING; RHODES, 2018). Logo, fatos que reduzem a produção de informações implicam em maior tempo de investigação, ao passo que períodos longos estão relacionados a menores chances de elucidação. Ademais, é fundamental destacar que, mesmo indicando que as características da vítima não influenciam na forma como a investigação é conduzida, os policiais com que conversamos reconhecem que determinadas vítimas provocam maiores mobilizações, como os casos de homicídio de crianças ou idosos.

Autores que investigam esses elementos apontam para a formação continuada de policiais como meio para reduzir os vieses, de modo que as hipóteses e linhas investigativas ainda sejam utilizadas como atalhos, porém com menos preconceitos (Conde, 2022; Medeiros, 2016). Apesar de parecer

simples, essa proposição esbarra em aspectos relacionados à cultura institucional da Polícia, caracterizada por uma estrutura rígida, bem como níveis expressivos de dominância social e autoritarismo (ALDAMO, 2022; BRAGA; TURCHAN; BARAO, 2019; PIZARRO; TERRILL; LOFASO, 2020).

### 3.1.1 INCIDÊNCIA GEOESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM SOBRAL

De acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, no último levantamento realizado no País, Sobral ficou com o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre as cidades do Ceará. A cidade obteve 0,714 de IDH, atrás apenas de Fortaleza, que atingiu a pontuação de 0,754 no índice. Não existem informações mais recentes sobre o tema, visto que apenas em 2021 o IBGE iniciou um novo censo. No entanto, devido à pandemia de Covid-19, o levantamento ainda não foi concluído e que dificulta apresentarmos um panorama mais atualizado dos dados sociodemográficos de Sobral, por bairro.

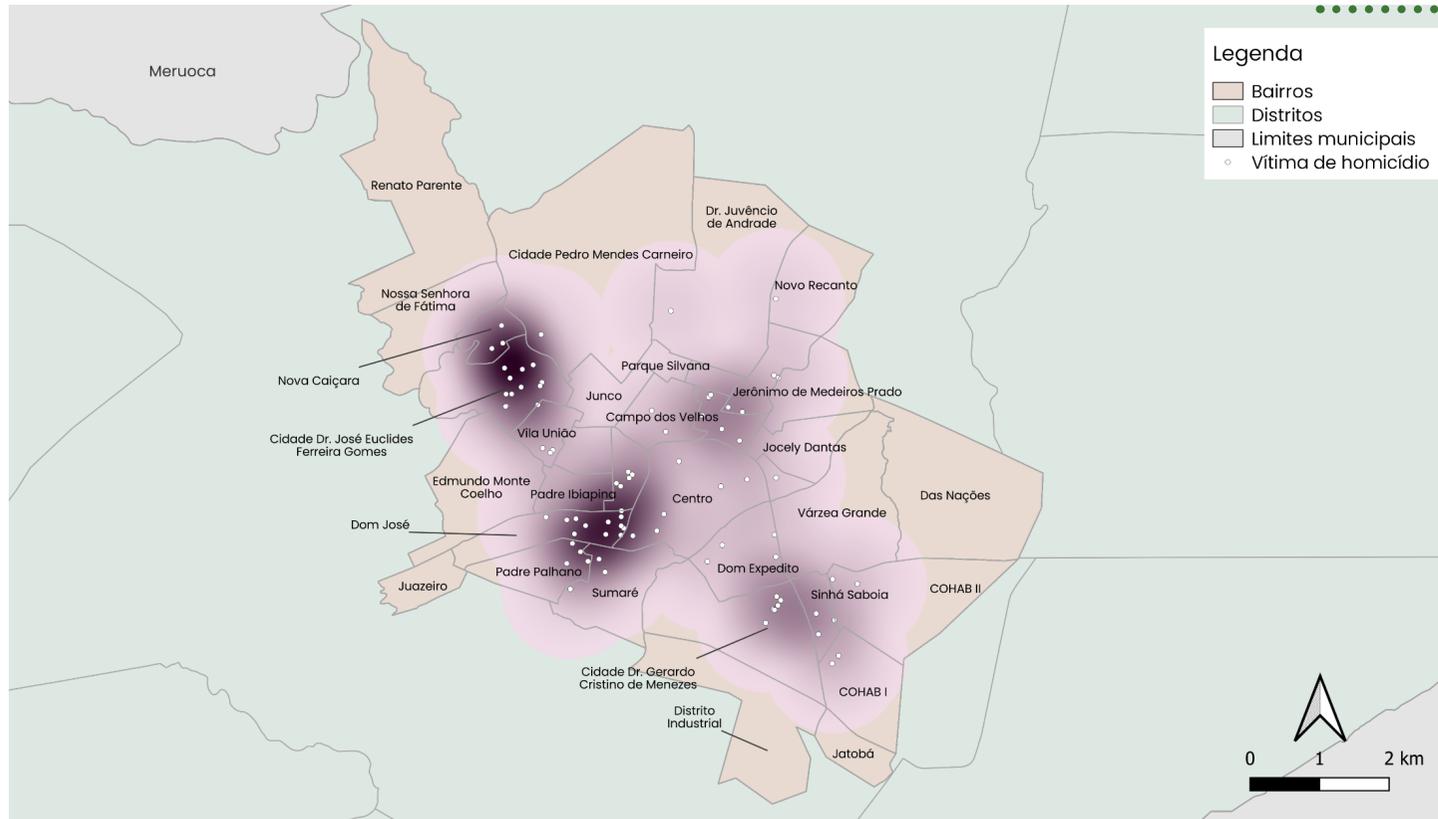
Entretanto, a partir dos dados levantados pelos pesquisadores foi possível realizar um mapeamento sobre a incidência geoespacial dos homicídios no município. Observa-se uma maior concentração de homicídios nos bairros da Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes, Nova Caiçara, Dom José e Padre Palhano. Além disso, no estudo “Gestão Compartilhada de Desenho Urbano em Áreas de Vulnerabilidade Social à Violência” (PIMENTEL; FARIAS, 2020), publicado em 2019, é possível identificar que a concentração dos

homicídios de Sobral corresponde a dois fatores: 1 - área de vulnerabilidade à violência e 2 - área de conflito entre facções criminosas nos bairros de Nova Caiçara e Terrenos Novos.

Adotando como base as informações extraídas dos documentos referentes ao endereço em que a vítima residia e o local de ocorrência do crime, foi realizado o procedimento de a geocodificação dos endereços para realização das análises de densidade de Kernel e cálculo da distância média entre a casa da vítima e o lo-

cal do fato. O resultado demonstrou que as vítimas foram mortas aproximadamente a 600 metros de suas casas.

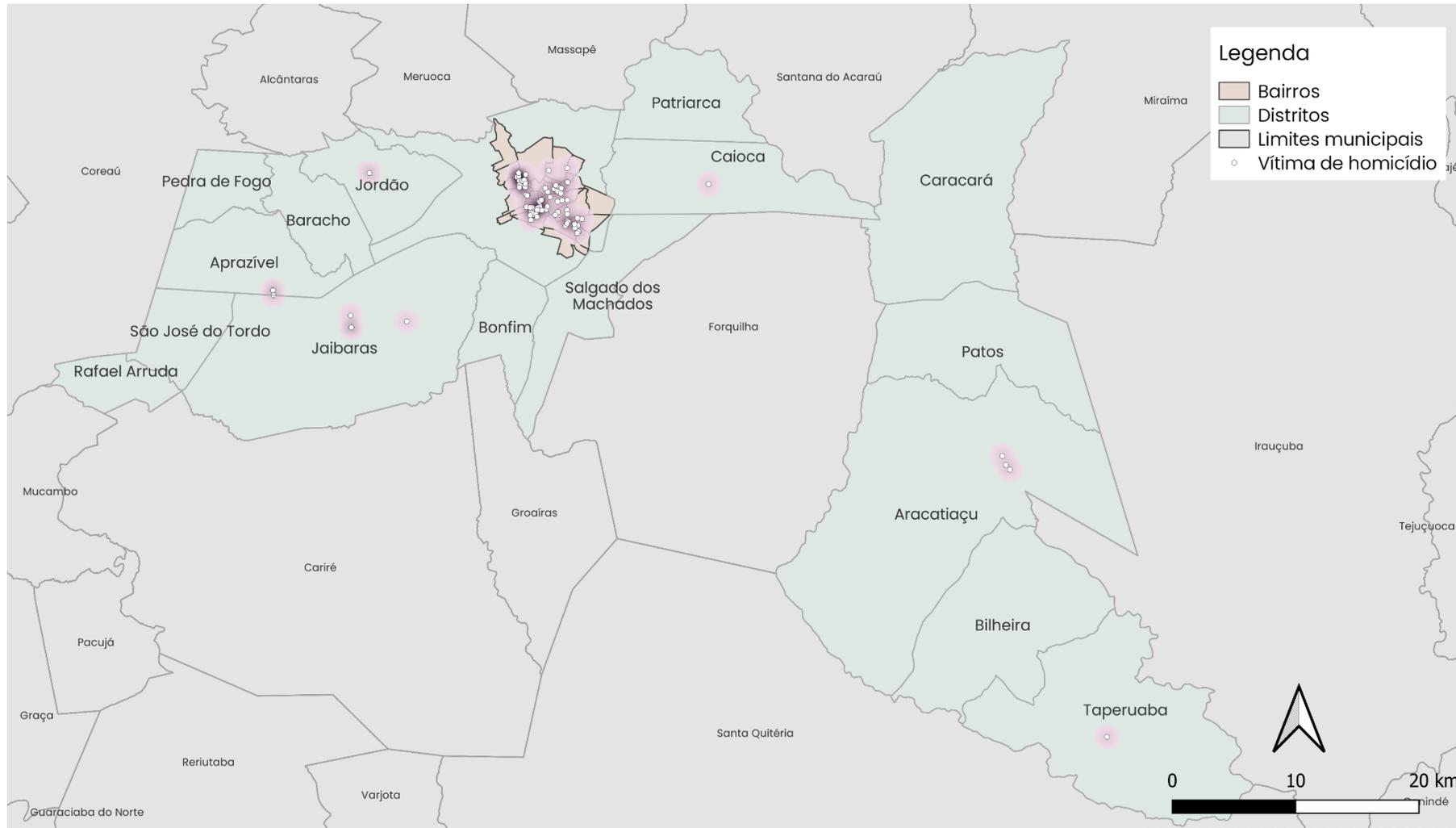
Na **Figura 3** é possível observar a concentração dos casos de homicídios nos bairros de Sobral, ao passo que na Figura 4 são incluídos os casos nas localidades de zona rural da região. A geoespacialização dos homicídios pode orientar as tomadas de decisão sobre as ações de prevenção a violência, principalmente as ações voltadas às vítimas diretas e indiretas desse fenômeno.



## Figura 3.

**Concentração dos homicídios, com destaque para os bairros.**

**“As vítimas foram mortas aproximadamente a 600 metros de casa”.**



## Figura 4.

Concentração dos homicídios, com destaque para os distritos.

Os elementos identificados pela análise espacial foram apresentados para alguns operadores de políticas públicas do município, como dito anteriormente. O padrão de distribuição observado é um dado conhecido pelas Forças de Segurança, relativamente duradouro, visto que há alguns anos esses bairros concentram o maior volume de homicídios. Por outro lado, as operadoras das políticas de Juventude e de Assistência Social, ao reconhecerem a prevalência dos homicídios nessas áreas, destacam a relação com a vulnerabilidade social.

A relação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade aos homicídios é algo estabelecido na literatura (DARE et al., 2019). Nesse contexto, é importante ressaltar a lógica de interpretação dos elementos, de modo que não se pode estabelecer uma relação de causalidade dos homicídios nos territórios em que os adolescentes residiam (VELOSO et al., 2020). De modo mais preciso, a relação entre esses elementos deve ser lida como ligadas a um contexto social e político no qual a violência e o acesso à armas de fogo estão presentes de forma intensa; aliado a isso, há ainda vazios de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência letal (GARRIDO; XAVIER; MORAIS, 2021).

Pesquisas como as publicadas pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência (2016; 2021) indicam, de maneira explícita, elementos psicossociais relacionados ao aumento da vulnerabilidade dos homicídios, de modo que o conhecimento da concentração desses, aliada a políticas públicas baseadas em evidências pode ser uma alternativa viável para a redução desses números (KOLPITKE, 2019).

# 4. DINÂMICA DA VIOLÊNCIA NOS TERRITÓRIOS.

Como complemento à geoespacialização dos homicídios, o levantamento buscou descrever a dinâmica da violência letal em Sobral por meio da análise dos registros policiais e dos processos criminais disponíveis no Sistema de Automação do Tribunal de Justiça, o e-Saj.

O cenário de violência no Ceará é crítico. Entre 2011 e 2020, o Ceará registrou 38.743 homicídios, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). O levantamento, que compilou dados de uma década, aponta que, em apenas três anos, o Estado apresentou um crescimento de 58,19% no número de homicídios, passando de 2.806, em 2011, para 4.439, em 2014. No entanto, segundo o pesquisador Ricardo Moura, esse crescimento ainda não é o maior. Ao se levar em consideração o intervalo de seis anos (de 2011 a 2017), a quantidade de pessoas assassinadas chega a ter um

aumento de mais de 80%, atingindo o pico no ano de 2017, com 5.133 homicídios. Nos anos seguintes, há uma oscilação nos números, variando para menos em 2018 e para mais em 2020. É importante destacar, que dentro dessa série histórica, o ano de 2019 é o que tem o menor número de homicídios, contabilizando 2.257.

Em levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante os anos de 2011 a 2019, Sobral teve a menor taxa de homicídios registrada, com a marca de 22,17 por 100 mil habitantes, em 2011. Já em 2013, a taxa dobrou, chegando a 54,69 e, em 2017, atingiu 58,60 – sendo a maior registrada nesse período. Logo em seguida, em 2019, é possível observar que há uma redução pela metade, contabilizando 29,20 homicídios por 100 mil habitantes.

Dados de 2017, compilados pelo Ipea, relativos à taxa de homicídios para os municípios com mais de 100 mil habitantes no Ceará, apresentam uma lista composta por Maracanaú, Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu, Crato e Itapipoca.

Dentre as cidades, Maracanaú se destaca com a maior taxa, contabilizando 145,7 homicídios por 100 mil habitantes. Em seguida, Caucaia com 96,6; Fortaleza com 87,9; Maranguape com 74,2; Sobral com 58,4; Juazeiro do Norte com 54,7; Iguatu com 48,7; Crato com 45,9; Itapipoca com 11,1. Usando como critério o número de habitantes, chama atenção o fato de Maracanaú possuir a taxa de homicídios quase três vezes maior do que a de Sobral, apesar de o número de habitantes ser semelhantes, Maracanaú com 224.804 e Sobral com 205.529.

Além disso, Sobral é um dos oito municípios cearenses que integram um grupo de 120 municípios do Brasil que acumularam 50% dos assassinatos estimados no ano de 2017.

Para aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas dos homicídios em Sobral, partimos da análise dos registros contidos nos inquéritos que investigam os crimes no município. Nesta subseção, serão apresentados os aspectos relacionados à forma como os homicídios foram realizados. Diante desse objetivo, são analisadas questões relacionadas a como o homicídio ocorreu, aos métodos

empregados no fato, além da averiguação de indícios de tortura e da provável motivação para o crime. Neste processo, além das análises descritivas dos dados quantitativos, serão utilizadas análises qualitativas, especificamente em relação à descrição de como se deu o crime e sua motivação. Nesta etapa da pesquisa, utilizamos o software IRAMUTEQ, realizando uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), bem como análises de similitude.

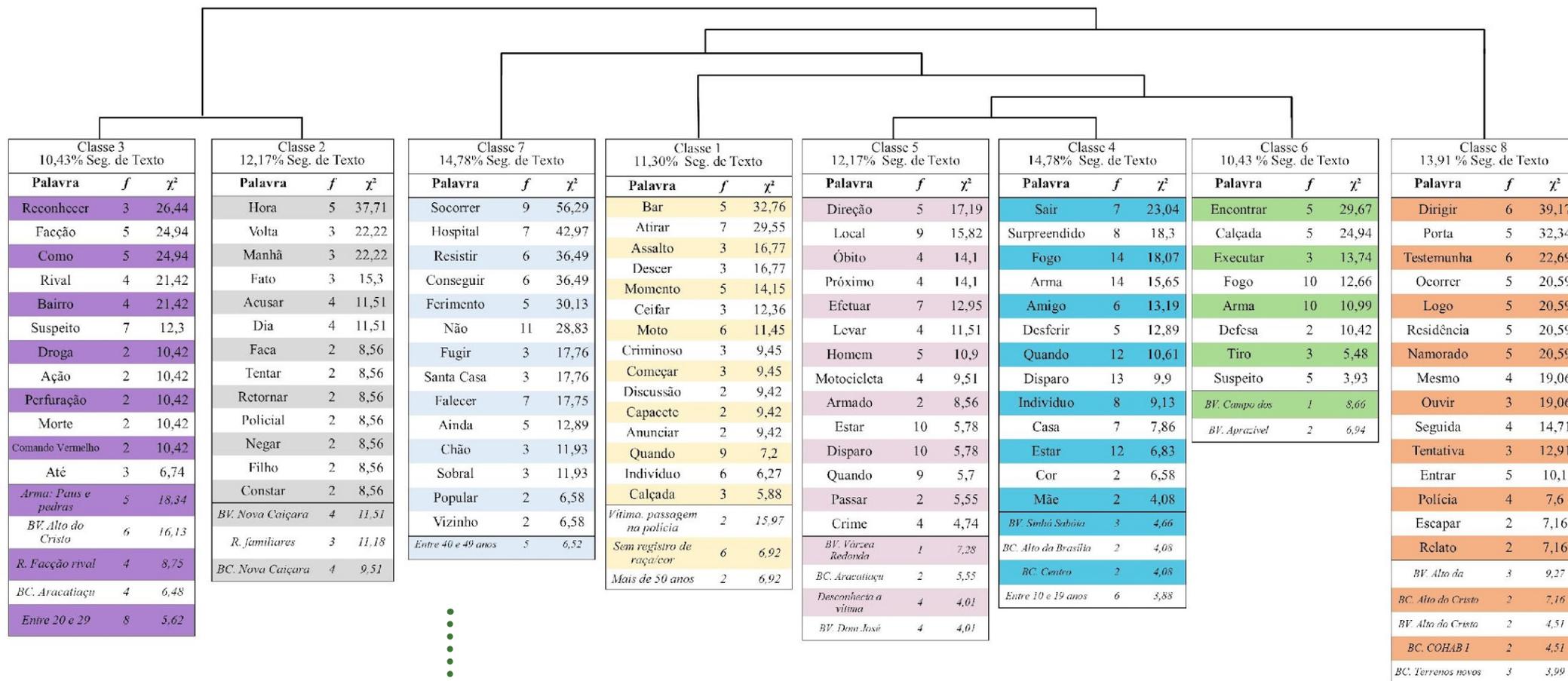
**Além das questões objetivas** para compreender como o homicídio ocorreu, os pesquisadores trabalharam elaborando resumos, nos quais adotaram como referência as informações da fase de inquérito. Essas descrições foram analisadas por meio do software IRAMUTEQ, aplicando a Classificação Hierárquica Descendente, que identifica padrões semelhantes no corpus textual e os organiza em classes, por meio de um processo de divisão sequencial. Ao total, foram analisados 90 documentos nesta etapa (87,37%), tendo em vista que em uma parte expressiva do total não constavam informações que permitissem descrever como o homicídio ocorreu. Os 90 textos (resumos) são divididos em pequenos trechos, chamados de segmento de texto, sobre os quais são realizadas as análises. Este corpus conta com 130 segmentos de texto, com 4.165 ocorrências e 938 formas, das quais 58,21% são hápax (palavras que aparecem apenas uma vez no corpus). Do total de segmentos de texto do corpus, a CHD considerou 88,46%, satisfazendo os critérios estabelecidos pela literatura (CAMARGO; JUSTO, 2022).

#### 4.1.1 DESCRIÇÃO DA FORMA COMO OS HOMICÍDIOS OCORRERAM, A PARTIR DOS REGISTROS POLICIAIS

Na coleta de dados, os pesquisadores extraíram dos documentos policiais elementos que possibilitaram a descrição da dinâmica dos homicídios, de acordo com a narrativa presente nos referidos registros. Na Figura 5 é possível observar o dendrograma de classes resultante dessa análise.

No dendrograma, deve-se atentar para a representação na qual a primeira divisão separa o corpus em dois volumes: o primeiro se divide nas Classes 3 e 2, ao passo que o segundo se divide na Classe 8 com um outro volume de informação. Por sua vez, esse volume de segmentos de texto passou por uma divisão, resultando na Classe 7 e em outro volume, do qual se destaca a Classe 6 e em outro volume de informação. Por fim, esse volume é dividido nas Classes 5 e 4.

Para compreender melhor cada uma dessas classes, outros procedimentos são adotados, visto que a interpretação dos resultados se faz por meio da identificação das representações latentes a essas classes. Para tanto, procedemos com a extração dos segmentos de texto típicos de cada classe, sendo essa baseada na média dos valores de qui-quadrado dos verbetes ativos, bem como foi conduzida uma análise de similitude. A partir deste ponto, cada uma das classes será apresentada de forma individualizada, seguindo a ordem de extração descrita no dendrograma.



## Figura 4.

Dendrograma de classes, corpus  
descrição dos homicídios.

Considerando que a primeira divisão do corpus é em dois volumes de informação, pudemos inferir que esses abordam elementos distantes em relação a forma como o homicídio ocorreu. A Classe 3 é formada por 10,43% dos segmentos de texto retidos para esta análise, e as palavras associadas a ela estão relacionadas ao conflito de facções.

Quando os segmentos de texto são analisados, é possível identificar um fenômeno específico desse contexto, que demonstra que os suspeitos de terem cometido o crime estavam relacionados à facção rival do território onde ocorreu o fato, como ilustra os segmentos: “de acordo com os elementos informativos presentes neste procedimento policial, temos que o suspeito do crime, no dia dos fatos, se vestiu como um evangélico irmão para poder entrar no bairro dominado pela facção rival sem que fosse notado” ( $M\chi^2 = 21,00$ ) e “ainda na investigação, se apurou que os suspeitos eram de facção rival e se deslocaram até o bairro de facção rival com a intenção de serem vistos e cometerem o homicídio” ( $M\chi^2 = 17,36$ ).

Esta classe está apresenta uma associação estatisticamente significativa em relação aos casos de homicídio em que se empregaram paus e pedras ( $\chi^2 = 18,34$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como a vítimas dentre 20 e 29 anos de idade, ao passo que a vítima e os suspeitos pertenciam a facções rivais ( $\chi^2 = 8,75$ ;  $p < 0,0001$ ). Por fim, essa classe também se associa a vítimas que residiam no bairro Alto do Cristo ( $\chi^2 = 16,13$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como aos crimes ocorridos na localidade Aracatiaçu ( $\chi^2 = 6,48$ ;  $p < 0,0001$ ).

Em relação à Classe 2, essa agrupa 12,17% dos segmentos de texto retidos na análise e as palavras associadas apontam para a descrição do dia e da hora de ocorrência do homicídio. Segmentos como “a vítima estava passeando com seu cachorro por volta das 05:00 horas da manhã, quando presenciou 2 homens em uma moto roubando uma outra pessoa” ( $M\chi^2 = 21,09$ ) e “por volta das 4:00 horas da manhã do dia 05/04/2020 o acusado foi até o apartamento da genitora da vítima e disse que a arma tinha disparado e atingido as costas da vítima, informa a genitora que naquele momento o acusado confessou o delito e pediu desculpa” ( $M\chi^2 = 17,90$ ) ilustram essa percepção. Esta classe está associada ao bairro Nova Caiçara, seja por residência da vítima ( $\chi^2 = 11,51$ ;  $p = 0,0006$ ) ou por local de ocorrência do crime ( $\chi^2 = 9,51$ ;  $p = 0,002$ ), bem como associado a vítima e suspeito que eram familiares ( $\chi^2 = 11,18$ ;  $p = 0,0008$ ).

O segundo bloco de segmentos de texto passa por uma primeira divisão a qual destaca a Classe 8, que aglutina 13,91% dos segmentos de texto, ao passo que as palavras associadas destacam a presença de testemunhas oculares, bem como a forma que ocorreu o fato.

Quando os segmentos de texto são analisados, é possível perceber que as vítimas foram abordadas enquanto se dirigiam a residência da namorada, como ilustra o segmento “os suspeitos se dirigiram até a casa da namorada da vítima, em seguida um dos suspeitos quebrou a porta, entrou na casa e gritou ‘polícia, é o raio’ e disparou contra a vítima. Foram cerca de 7

tiros” ( $M\chi^2 = 16,39$ ). Além disso, um fenômeno recorrente parece ser a abordagem dos suspeitos passando-se por policiais, com o intuito de fazer a vítima abrir a porta. Em “na madrugada de 21/08/2019 um suspeito se dirigiu a residência da namorada da vítima, adentrou a casa anunciando ser da polícia e efetuou 7 disparos. Testemunhas ouviram a comemoração dos suspeitos no local do crime” ( $M\chi^2 = 21,62$ ) e “segundo testemunhas o suspeito entrou pelos fundos da casa, dizendo que era da polícia, e começou a atirar por várias vezes, mas a arma falhou. Logo em seguida foram efetuados outros disparos, atingindo a vítima” ( $M\chi^2 = 13,11$ ) é possível perceber esse fato.

Esta classe apresenta associação estatisticamente significativa com casos em que a vítima residia nos bairros Alto da Expectativa ( $\chi^2 = 9,27$ ;  $p = 0,002$ ) e Alto do Cristo ( $\chi^2 = 4,51$ ;  $p = 0,03$ ), bem como a casos em que o homicídio ocorreu nos bairros Alto do Cristo ( $\chi^2 = 7,16$ ;  $p = 0,007$ ), COHAB I ( $\chi^2 = 4,51$ ;  $p = 0,03$ ) e Terrenos Novos ( $\chi^2 = 3,99$ ;  $p = 0,04$ ).

A classe seguinte a ser destacada é a Classe 7 (14,78% dos segmentos de texto), cujas palavras se relacionam ao socorro prestado à vítima. Os segmentos “a vítima foi socorrida por populares em uma moto até o hospital, investigadores se deslocaram ao pronto socorro entrevistaram a vítima que disse que não sabia quem eram as pessoas que efetuaram os disparos. A vítima não resistiu e entrou em óbito no dia seguinte” ( $M\chi^2 = 25,81$ ) e “a vítima estava passeando com seu cachorro quando os 2 suspeitos se aproximaram de bicicleta e realizaram vários

disparos de arma de fogo. A vítima ainda foi socorrida com vida para a Santa Casa de sobral, mas faleceu em virtude dos ferimentos” ( $M\chi^2 = 17,83$ ) ilustram esse fato. Essa classe apresenta associação estatisticamente significativa com casos em que a vítima tinha entre 40 e 49 anos de idade ( $\chi^2 = 6,52$ ;  $p = 0,01$ ).

Por sua vez à Classe 1, a qual concatena 11,30% dos segmentos de texto, agrupa aspectos relacionados à abordagem dos criminosos. Quando os segmentos são analisados é possível identificar um padrão de realização do homicídio semelhante aos crimes de pistolagem, no qual dois homens abordam a vítima, efetuam disparos e fogem. Em segmentos como “a vítima estava em um bar quando 2 homens chegaram em uma motocicleta vermelha e anunciaram o assalto, momento em que atiraram na vítima sem qualquer discussão e seguiram rumo ignorado” ( $M\chi^2 = 12,34$ ) e “a vítima estava em um bar quando 2 suspeitos em uma moto chegaram atirando. Segundo as testemunhas oculares, os 2 indivíduos estavam bem-vestidos e não puderam ser reconhecidos porque estavam de capacete” ( $M\chi^2 = 12,04$ ) podemos observar essa percepção. É importante mencionar que a classe apresenta associação estatisticamente significativa com os casos em que a vítima tinha passagem pela polícia ( $\chi^2 = 15,97$ ;  $p < 0,0001$ ) e tinha mais de 50 anos de idade ( $\chi^2 = 6,19$ ;  $p = 0,01$ ). Além disso, há associação com casos em que não há registro sobre a cor/raça da vítima ( $\chi^2 = 6,92$ ;  $p = 0,008$ ).

É válido destacar que, na situação descrita na Classe 1, a vítima estava em um ambiente público, com outras pessoas, si-

tuação diferente daquela destacada pela Classe 6. Essa classe agrupa 10,43% dos segmentos de texto, as palavras relacionadas a ela também fazem menção a forma como ocorreu a abordagem, contudo os segmentos de texto apontam que a vítima estaria em um ambiente residencial, seja sua própria casa ou de um familiar.

Em “a vítima consertava bicicletas e se encontrava em sua calçada quando 2 indivíduos chegaram com pneu. Quando avistaram a vítima desferiram vários disparos e a vítima veio a falecer” ( $M\chi^2 = 27,30$ ) e “a vítima se encontrava na calçada dos avós quando foi surpreendido por um suspeito com capacete que efetuou os tiros sem que a vítima tivesse possibilidade de defesa. Em uma primeira análise não foi possível identificar o suspeito” ( $M\chi^2 = 14,89$ ) essa conclusão é ilustrada. Além disso, a Classe 6 apresenta associação com vítimas que residiam nos bairros Campo dos Velhos ( $\chi^2 = 8,66$ ;  $p = 0,03$ ) e na localidade Aprazível ( $\chi^2 = 6,94$ ;  $p = 0,008$ ).

A última divisão do corpus gera duas classes. A Classe 5 agrupa 12,17% dos segmentos de texto e as palavras associadas retomam a lógica de crimes de pistolagem, contudo, dessa classe, parece se diferenciar por conta da abordagem à vítima durante uma atividade de rotina. Nossos segmentos “a vítima estava indo para o trabalho em sua motocicleta quando começou a ser seguido por seus executores, que ao se aproximarem efetuaram vários disparos atingindo principalmente a região da cabeça, levando a vítima a óbito no local do crime”

( $M\chi^2 = 8,74$ ) e “a vítima estava trabalhando, fazendo entregas de quentinhas, quando foi surpreendido por um homem que trafegava a pé que desferiu disparos de arma de fogo contra a vítima, o que o levou a óbito ainda no local do crime” ( $M\chi^2 = 8,58$ ), podemos observar de maneira mais explícita essa percepção. Além disso, essa classe tem associação com vítimas que residiam nos bairros Várzea Redonda ( $\chi^2 = 7,28$ ;  $p = 0,006$ ) e Dom José ( $\chi^2 = 4,01$ ;  $p = 0,04$ ), bem como casos que ocorreram na localidade Aracatiaçu ( $\chi^2 = 5,55$ ;  $p = 0,01$ ). Além disso, há uma associação dessa classe com os casos em que o suspeito desconhecia a vítima ( $\chi^2 = 4,01$ ;  $p = 0,04$ ).

Por fim, a Classe 4 (14,78%) também está relacionada a crimes de pistolagem, como se vê nas palavras associadas, a diferença para a classe anterior está no fato de que essa destaca casos em que a vítima estava em alguma atividade de lazer ou circulando pela cidade.

Os segmentos “a vítima foi a convite de um amigo ao bar, após o amigo perceber a presença de algumas pessoas chamou a vítima para ir embora ela recusou. Tempos depois, quando foi sair do local, foi abordado por 2 indivíduos em uma moto que desferiram disparos de arma de fogo” ( $M\chi^2 = 11,79$ ) e “a vítima estava com suas amigas na margem esquerda quando foram cercadas por várias meninas e rapazes. Quando foram questionadas de onde elas eram, e suas amigas responderam que eram do Alto do Cristo” ( $M\chi^2 = 8,35$ ). Além disso, a Classe 4 está associada a vítimas que moravam no bairro Sinhá Saboia

( $\chi^2 = 4,66$ ;  $p = 0,03$ ), com os crimes ocorridos nos bairros Alto da Brasília ( $\chi^2 = 4,08$ ;  $p = 0,04$ ) e Centro ( $\chi^2 = 4,08$ ;  $p = 0,04$ ), bem como a vítimas entre 10 e 19 anos de idade ( $\chi^2 = 3,88$ ;  $p = 0,04$ ).

As formas de realização dos homicídios identificadas por esta pesquisa vão ao encontro das informações apresentadas em outros contextos, em especial àquelas que apresentam expressiva relação desses com a circulação de armas de fogo (BUGGS; ZEOLI, 2022; PÉREZ RICART et al., 2021). De forma geral, dois pontos identificados pela análise merecem destaque, o primeiro deles se refere aos crimes profissionais (Classes 1 e 8), ao passo que o segundo está relacionado aos crimes arbitrários (Classe 5).

As primeiras classes identificadas pela análise tendem a descrever procedimentos operacionais, em especial a descrição de dia e hora ou da forma como o socorro foi prestado à vítima, contudo, a primeira classe apontada descreve a “guerra de facções”.

De maneira simples, a CHD identifica padrões latentes na organização do corpus, de forma que os elementos mais acentuados, seja pela alta frequência do assunto ou pela especificidade, tendem a ser separados de maneira mais fácil. Assim, a identificação imediata de “guerra de facções” descreve não uma explicação para os fatos, mas a frequência elevada dessa justificativa para a explicação dos homicídios. Dito de outra forma, os registros tendem a utilizar o conflito

entre as facções como explicação primordial para os homicídios, implicando na ativação de um conjunto de crenças e procedimentos para a condução da investigação. Os estudos relacionados à cognição descrevem esse fenômeno como “viés cognitivo”, ou mesmo “heurístico”, uma vez que representam atalhos mentais que utilizamos ao lidar com algo recorrente (METERKO; COOPER, 2022).

Apesar dos grupos armados serem utilizados como principal explicação para os homicídios, desde a forma como ocorreu até as possíveis motivações, nesta pesquisa partimos de uma outra compreensão desse fato. A presença de facções nas cidades do Ceará aumentou a partir de 2017, e, com isso, houve um aumento expressivo no número de homicídios nas cidades, em especial às do Interior; porém, as explicações a nível micro giram em torno de conflitos sociais, acesso às armas de fogo, bem como um contexto social patriarcal e hiper machista, no qual a violência é a linguagem preponderante.

Nas publicações realizadas pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência (2016; 2020), quando as histórias de vidas de jovens vítimas de homicídios são observadas mais de perto, nota-se, de maneira mais nítida, como conflitos e disputas de poder influenciam a violência letal. Não negamos a existência de casos em que o homicídio é decorrente do conflito direto dos grupos, principalmente por disputas territoriais, porém as explicações não podem ser generalizadas de modo a favorecer narrativas que endossam a ideia de um inimigo único.

### 4.1.2 ARMA DE FOGO: GATILHO DA VIOLÊNCIA

No que se refere ao método empregado no crime, é possível observar na Tabela 4 o resultado da análise de frequência. As armas de fogo são o método mais frequente (88%), seguido por arma branca (9,7%) Esse resultado vai ao encontro de pesquisas na área da Criminologia, em especial publicações que investigam crimes violentos na América Latina (BUGGS; ZEOLI, 2022; PÉREZ RICART et al., 2021), os quais apontam esses dois métodos como sendo os mais frequentes. No estudo de 2020 essa informação também aparece com recorrência nos crimes ocorridos em Fortaleza. De maneira específica, esses dois métodos também são elevados quando se considera todos os casos de homicídio ocorridos no Ceará, como pode ser observado na **Figura 6**.

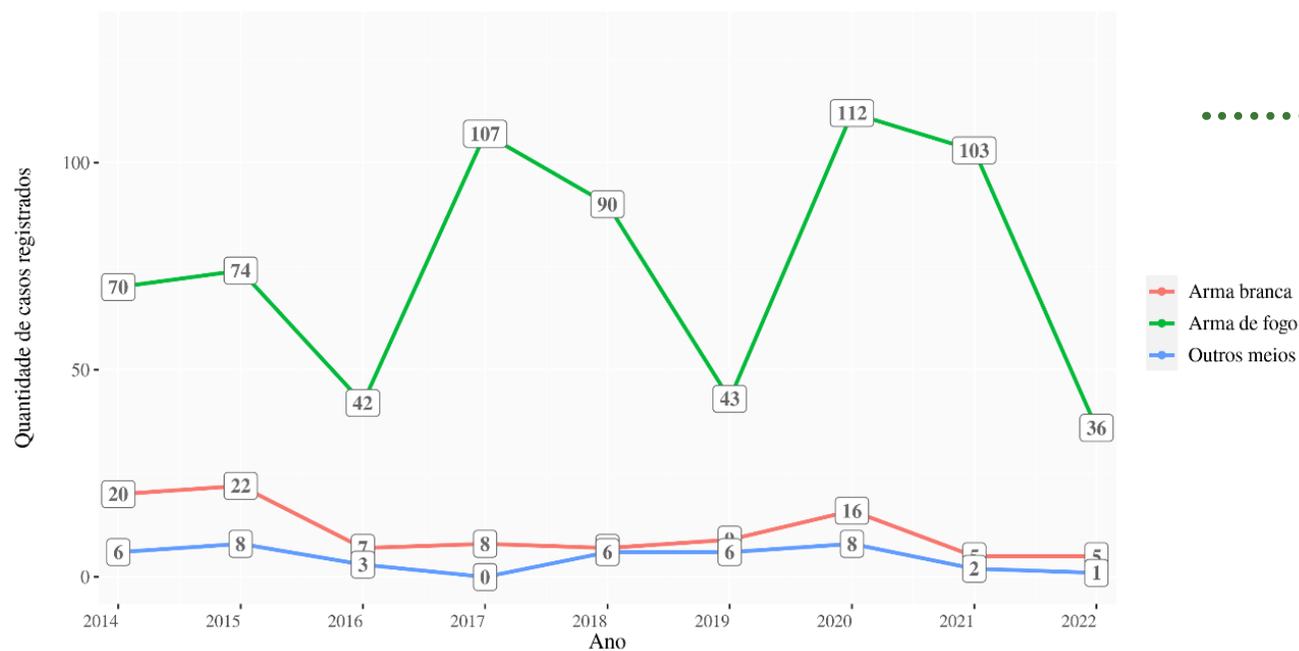
**Segundo dados obtidos junto a Polícia Federal (PF)**, a Agência Fiquem Sabendo destacou que o Ceará registrou 501 armas de fogo para civis, somente no primeiro semestre de 2021. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 95%. No que diz respeito ao registro de armas por todas as categorias (uso civil e uso para órgãos públicos), essa crescente no número de registros chegou a ser 13 vezes maior. Explica-se: esse aumento se dá ao compararmos os anos de 2011 e 2020, nos quais a PF registrou, respectivamente, 308 e 4.402 novos armamentos no Estado. O crescimento do registro de armas no Ceará é proporcionalmente maior quando comparado com os números de todo o Brasil. Em 2011, o País registrou 26.486 armas. Já em 2020, foram registradas 186.071, um aumento de quase sete vezes.

**Em outubro de 2022**, em uma escola de Sobral, um aluno atirou contra três estudantes, deixando um morto e dois feridos. A arma utilizada no crime tinha o registro de CAC (Colecionador, Atirador desportivo e Caçador) e foi obtida pelo aluno por meio de uma negociação via Whatsapp. O dono da arma já havia tentado vender a arma para membros de um clube de tiro, no entanto, não obteve sucesso e, em seguida, a ofereceu ao aluno de 15 anos.

**Tabela 4.** Distribuição dos métodos empregados no homicídio.

MÉTODO UTILIZADO	F (%) <sup>1</sup>
Arma de fogo	91 (88%)
Arma branca	10 (9,7%)
Pedras	5 (4,9%)
Pauladas	3 (2,9%)
Espancamento	1 (1,0%)

<sup>1</sup>n = 103



**Figura 6.**  
Distribuição das armas utilizadas nos homicídios em função dos anos.

Conforme ficou evidente nos registros policiais, a “guerra de facções” se apresenta como um fator que potencializa os homicídios em Sobral. Contudo, é possível perceber que outras mortes ocorrem com práticas similares a crimes por encomenda, pistolagem ou execuções; atos que são realizados em plena luz do dia, na presença de testemunhas, sob a certeza da impunidade, mesmo sem relatos de uma vinculação direta a disputas de grupos rivais.

Podemos afirmar, com assertividade, que o meio mais utilizado é a arma de fogo, quando falamos da dinâmica da violência letal, pois há provas materiais para tal afirmação. Entretanto, não podemos afirmar que a maioria dos crimes praticados em Sobral são motivados por disputa de facções, mas tampouco podemos negligenciar o efeito das organizações criminosas na dinâmica dos homicídios, como veremos no próximo bloco.

# 5. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO DO HOMICÍDIO

Um em cada 10 assassinatos foi elucidado no Ceará no primeiro semestre em 2021. A manchete em destaque foi veiculada no jornal O Povo<sup>1</sup> e nos apresenta um dado preocupante sobre a resposta aos crimes violentos letais cometidos no Estado.

No primeiro semestre de 2021, foram registrados 1.599 assassinatos no Ceará. Deste total, apenas 10,9% dos assassinatos (171 casos) foram elucidados pela Polícia Civil. Ao ser considerada apenas a cidade de Fortaleza, o número é ainda menor (8,9%). O número de assassinatos elucidados vem caindo. Em 2019, o Ceará havia elucidado 20,4% dos casos de homicídio. Já em 2020, esse número foi de 15,1%.

Nesta subseção serão apresentados os elementos relacionados ao processo de investigação dos homicídios na cidade de Sobral. Inicialmente, apresentaremos as informações extraídas em relação às linhas de investigação e das evidências coletadas nesse processo. Em seguida, se-

rão apresentados os resultados relacionados aos suspeitos do crime, bem como as diligências realizadas pelos policiais durante o processo de investigação. Por fim, a fase de investigação é analisada a partir de um resumo dos principais elementos identificados pelos pesquisadores.

Na **Tabela 5** é possível observar a distribuição das informações relacionadas às testemunhas ouvidas durante a investigação. De maneira geral, mais da metade dos documentos analisados apresentam uma linha de investigação (66,02%), ao passo que durante esse processo a maioria realiza oitiva de testemunhas (91,26%) Quando se considera apenas os casos em que houve oitiva, em média três pessoas são ouvidas (3,13; DP = 2,49; Mín. = 1; Máx. = 15), dessas a maior média é da categoria outros (2,34; DP = 1,91; Mín. = 1; Máx. = 9), sendo esses amigos da vítima ou mesmo testemunhas do fato sem relação direta com a vítima. Importante ressaltar que 32,04% dos crimes não tinham nenhuma linha de investigação.

---

1. <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2021/07/28/um-a-cada-10-assassinatos-foi-elucidado-no-ceara.html>

**Tabela 5.** Distribuição de aspectos relacionados à investigação e às testemunhas ouvidas

<b>VARIÁVEIS</b>		<b>N = 1031</b>
<b>Linhas de investigação</b>		
Sem linha de investigação		33 (32,04%)
Uma linha de investigação		68 (66,02%)
Duas linhas de investigação		2 (1,94%)
<b>Registro de oitiva de testemunhas</b>		
Sim		94 (91,26%)
Não		9 (8,74%)
<b>Média de testemunhas ouvidas</b>		3,13 (2,49)
<b>Média de testemunhas - policiais</b>		1,86 (0,91)
<b>Média de testemunhas - familiares</b>		1,51 (0,78)
<b>Média de testemunhas - outros</b>		2,34 (1,91)
<sup>1</sup> n (%) : média (DP)		

Na **Tabela 6** é possível observar o resultado da análise de frequência para as variáveis relacionadas ao uso de imagens e vídeos durante a fase de investigação. De acordo com a literatura, as investigações de crimes letais no Brasil são conduzidas, na maior parte dos casos, com forte tradição inquisitorial (RIBEIRO; LIMA, 2020). Essa característica pode ser observada de maneira nítida quando se verifica a proporção de casos em que há imagens relacionadas ao homicídio em apenas 25,00% dos casos.

Quando há imagens relacionadas ao homicídio, essas são vistas em 84,21% dos casos, sendo anexadas durante a fase do inquérito policial (93,75%). As imagens anexadas durante a fase de investigação foram classificadas pelos pesquisadores como sendo legíveis, mesmo em preto e branco (74,42%), o mesmo pode ser observado em relação às imagens presentes em todo o documento (78,49%). A qualidade das imagens presentes em um processo é um elemento importante, em especial para a oferta da denúncia. Por fim, destaca-se que na maior parte dos casos válidos a vítima tinha passagem na polícia (68,66%).

De acordo com a literatura, a forma como as investigações de homicídios são conduzidas parte de uma noção inicial de que as principais respostas estarão relacionadas à vítima, de modo que as informações levantadas nesse momento podem implicar na descoberta de evidências, as quais podem acarretar a prisão do autor (RIBEIRO; LIMA,

2020). Contudo, no cenário analisado nesta pesquisa, é possível identificar determinados momentos em que diferentes características das vítimas parecem ser utilizadas para orientar a investigação para outro rumo, de modo a criar uma narrativa de que o homicídio estaria relacionado ao conflito de grupos armados, o que comprometeria as evidências disponíveis.

A teoria da depreciação da vítima argumenta que determinadas características influenciam a forma como a investigação é conduzida de modo que marcadores como raça, idade e gênero, se organizam criando intersecções as quais podem implicar em maior ou menor engajamento na perquirição de determinadas linhas investigativas (BLA-CK, 2010; REGOECZI; JARVIS; MANCIK, 2020).

Nesse contexto, a responsabilidade pela morte de homens jovens e negros recairia sob a própria vítima, o que se revela no levantamento de informações padronizadas, como a relação da vítima com grupos criminais, antecedentes criminais ou mesmo a posse de drogas no momento da morte. Em uma primeira vista, essas questões podem ser classificadas como padrão, tendo em vista a relevância dessas para a compreensão da dinâmica dos homicídios no contexto analisado, porém, quando a vítima possui outros marcadores sociais, como branco e mais velho, a ênfase a esses elementos é menor, ao passo que outras linhas de investigação tendem a ser levantadas (GUEDES, 2020).

**Tabela 6.** Distribuição das informações relacionadas a imagens usadas durante a investigação.

VARIÁVEIS	F (%) <sup>1</sup>	% VÁLIDA <sup>2</sup>
<b>Há imagens de câmera relacionadas diretamente ao ocorrido?</b>		
Sim	19 (18,45%)	25,00%
Não	57 (55,34%)	75,00%
Não há registro	27 (26,21%)	
<b>Se “sim”, as imagens foram juntadas ao processo?</b>		
Sim	16 (15,53%)	84,21%
Não	3 (2,91%)	15,79%
Missing	84 (81,55%)	
<b>Se “sim”, em qual fase?</b>		
Inquérito Policial	15 (14,56%)	93,75%
Investigação solicitada pelo MP	1 (0,97%)	6,25%
Assistente defesa/acusação	0 (0,00%)	0,00%
Missing	87 (84,47%)	
<b>Em relação as imagens na fase de investigação</b>		
Não há imagens	17 (16,50%)	
Imagens preto e branco legíveis	64 (62,14%)	74,42%
Imagens com qualidade adequada	22 (21,36%)	25,58%
<b>Em relação as imagens presentes em todo o documento</b>		
Não há imagens	10 (9,71%)	
Imagens preto e branco legíveis	73 (70,87%)	78,49%
Imagens com qualidade adequada	20 (19,42%)	21,51%

**Nota:** <sup>1</sup> n = 103; 2% desconsiderando os casos ausentes e sem registro desconsiderando os casos ausentes e sem registro.

Atrelado aos marcadores de raça, idade e gênero, a literatura destaca a relação que o território de moradia, bem como o local onde ocorreu o homicídio, afeta o processo de investigação criminal. Internacionalmente, mulheres brancas tendem a ser as vítimas com maior valoração social, de modo que homicídios que as vitimizam tendem a ocorrer em um contexto de violência entre parceiros íntimos (GUEDES, 2020; REGOECZI; JARVIS; MANCIK, 2020). Por outro lado, na América Latina, mulheres e meninas vítimas de homicídio não se beneficiam da mesma celeridade no processo de investigação, como aponta o segundo volume da pesquisa “Meninas no Ceará” (no prelo).

Especificamente nessa questão, o que se observa é a interação entre os marcadores, de modo que o local de moradia, e muitas vezes de ocorrência do homicídio, é um elemento com maior efeito no processo de investigação, tendo em vista que homicídios que ocorrem em casa tendem a ser relacionados a conflitos interpessoais, ao passo que homicídios em ambientes abertos possuem características de crimes profissionais ou relacionados a outras formas de conflito (REGOECZI; JARVIS, 2013).

Nesse sentido, destaca-se tanto a distribuição dos casos na cidade de Sobral, como a forma como esses elementos são abordados nos documentos analisados, de modo a criar um contexto narrativo em que a vítima é, em certa medida, responsável pelo ocorrido. Em contraste, homicídios de crianças, idosos ou figuras públicas tendem a movimentar a força policial e a sociedade, resultando em um aumento de engajamento no processo de investigação, seja na realização de

diligências ou na confiança na polícia para revelar determinadas informações.

Nessa trama, as evidências técnicas acabam sendo utilizadas em favor da narrativa organizada pelos atalhos cognitivos adotados na investigação, de modo a valorizá-las ou depreciá-las adotando como argumento a dificuldade técnica de processamento dessas informações. Por outro lado, testemunhas agregam maior peso na narrativa, tendo em vista a possibilidade de endossamento das narrativas e interpretação dos fatos ocorridos, uma vez que um número expressivo dessas é de policiais.

As evidências testemunhais são fundamentais para as investigações de homicídio, uma vez que não demandam equipamentos e profissionais além dos presentes nas Delegacias, porém, é importante destacar o viés em que as narrativas podem apresentar os fatos, ou mesmo da identificação e escolha dessas testemunhas, provocando um efeito na investigação em que as hipóteses levantadas são conduzidas a concretização por heurísticas e preconceitos.

Em relação à presença de provas técnicas, na maior parte dos documentos analisados consta anexado o laudo cadavérico (63,11%), contudo não se observa laudo de objetos apreendidos na cena do crime (93,20%) Além disso, não se verifica quebra de sigilo ou interceptação telefônica (98,06%). Essas informações podem ser observadas na **Tabela 7**. Esses elementos reforçam a hipótese de preferência por provas testemunhais em detrimento de provas técnicas.

**Tabela 7.** Distribuição da presença de provas técnicas

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>F (%)<sup>1</sup></b>
<b>Consta laudo cadavérico juntado à investigação</b>	
Sim	65 (63,11%)
Não	38 (36,89%)
<b>Consta laudo pericial de objetos apreendidos</b>	
Sim	7 (6,80%)
Não	96 (93,20%)
<b>Consta registro de interceptação telefônica ou quebra de sigilo de dados telefônicos</b>	
Sim	2 (1,94%)
Não	101 (98,06%)
<b>Consta registro de quebra de sigilo bancário</b>	
Sim	0 (0,00%)
Não	103 (100,00%)
<sup>1</sup> n = 103	

Em relação aos suspeitos do crime, em 59,22% há alguma indicação de suspeitos. Nesses casos, a média é de 2,59 (DP = 2,12; Mín. = 1; Máx. = 14) suspeitos por caso. A média geral de idade dos suspeitos é de 22,91 (DP = NA; Mín. = 13; Máx. = 55), sendo a maioria do gênero masculino (90,70%), pardo (76,79%) e alfabetizado

(64,77%). De maneira geral, nos casos em que há identificação do suspeito, 67,26% foram ouvidos pela polícia, ao passo que durante a oitiva 40,68% informou que não conhecia a vítima do homicídio ou eram integrantes de facções rivais (37,29%). Essas informações podem ser vistas na **Tabela 8**.

**Tabela 8.** Distribuição das características sociodemográficas dos suspeitos

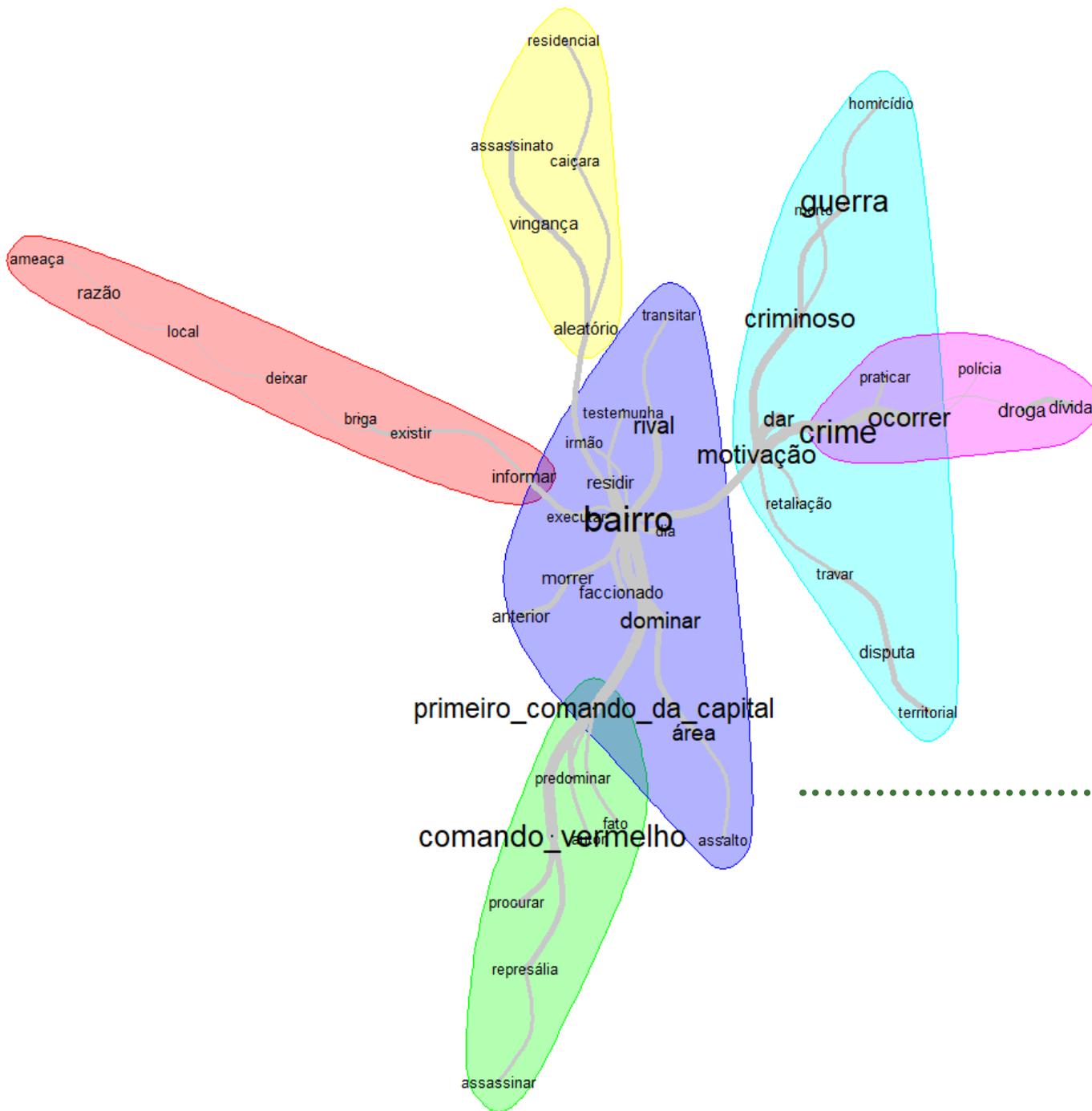
VARIÁVEIS	F (%) <sup>1</sup>	% VÁLIDA <sup>2</sup>
<b>Há indicação de suspeitos do crime<sup>3</sup></b>		
Há suspeitos	61 (59,22%)	59,22%
Sem suspeitos	42 (40,78%)	40,78%
<b>Idade<sup>4</sup></b>	22,91 (6,06)	
<b>Gênero</b>		
Masculino	117 (75,00%)	90,70%
Feminino	12 (7,69%)	9,30%
Não há registro	27 (17,31%)	
<b>Raça/cor</b>		
Branco	6 (3,85%)	10,71%
Pardo	43 (27,56%)	76,79%
Negro	2 (1,28%)	3,57%
Amarelo	0 (0,00%)	0,00%
Indígena	0 (0,00%)	0,00%

Outros	5 (3,21%)	8,93%
Não há registro	100 (64,10%)	
<b>Escolaridade</b>		
Analfabeto	4 (2,56%)	4,55%
Alfabetizado	57 (36,54%)	64,77%
Ensino fundamental incompleto	17 (10,90%)	19,32%
Ensino fundamental completo	3 (1,92%)	3,41%
Ensino médio incompleto	3 (1,92%)	3,41%
Ensino médio completo	4 (2,56%)	4,55%
Ensino superior incompleto	0 (0,00%)	0,00%
Ensino superior completo	0 (0,00%)	0,00%
Não há registro	68 (43,59%)	
<b>O suspeito foi ouvido</b>		
Não	37 (23,72%)	32,74%
Sim	76 (48,72%)	67,26%
Não há identificação do suspeito	43 (27,56%)	
<b>Relação do suspeito com a vítima</b>		
Não há registro	97 (62,18%)	
Não conhecia a vítima	24 (15,38%)	40,68%
Integrantes de facções rivais	22 (14,10%)	37,29%
Desafeto	1 (0,64%)	1,69%
Companheiro(a)	2 (1,28%)	3,39%
Integrantes da mesma facção	1 (0,64%)	1,69%

Conhecido	5 (3,21%)	8,47%
Inimigos	2 (1,28%)	3,39%
Familiar	1 (0,64%)	1,69%
Vizinho	1 (0,64%)	1,69%
<b>1n = 1442; 2% desconsiderando os casos ausentes e sem registro; 3n = 103; 4média (DP)</b>		

Em relação a motivação do crime, semelhante ao procedimento adotado na forma como o crime foi realizado, os pesquisadores destacaram a motivação para o homicídio, adotando como referência as informações dos documentos analisados, as quais foram analisadas por meio do software IRAMUTEQ. Ao todo, foram considerados na análise 63 textos, cerca de 61,16% do corpus total da pesquisa, processo decorrente da ausência de motivo nos inquéritos. Todos os textos considerados nessa análise somam 1.276 ocorrências e 451 formas, das quais 65,85% são hápax.

Por conta do volume textual, não foi possível realizar uma classificação aprofundada, como aquela realizada pela Classificação Hierárquica Descendente CHD, sendo feita uma análise de similitude de todo o corpus, cujo resultado por ser observado na **Figura 7**.



**Figura 7.**  
Análise de similitude da motivação dos crimes.

A análise de similitude parte da teoria dos garfos para realizar uma análise de redes aplicada a verbetes (MARCHAND; RATINAUD, 2012). Por meio dessa análise, a coocorrência das palavras é percebida e organizada em agrupamentos chamados de comunidades, os quais são destacados por cores distintas. Cada uma das comunidades possui uma ideia, as quais se ligam por meio de vértices que variam seu calibre em função da força da associação entre as palavras relacionadas.

Na Análise de similitude deste corpus é possível perceber uma comunidade central organizada ao redor da palavra “bairro”, ao passo que a partir das palavras que a compõem e as ligações estabelecidas entre essas, pode-se inferir que essa comunidade aborda aspectos relacionados à demarcação territorial da cidade, com os limites estabelecidos pelos grupos armados, os quais vão além das divisões administrativas. Além disso, com base na ligação da comunidade “bairro” com as demais comunidades, é possível inferir que em uma parte expressiva dos casos analisados, a explicação para a motivação do crime gira ao redor do controle que as facções exercem nos territórios.

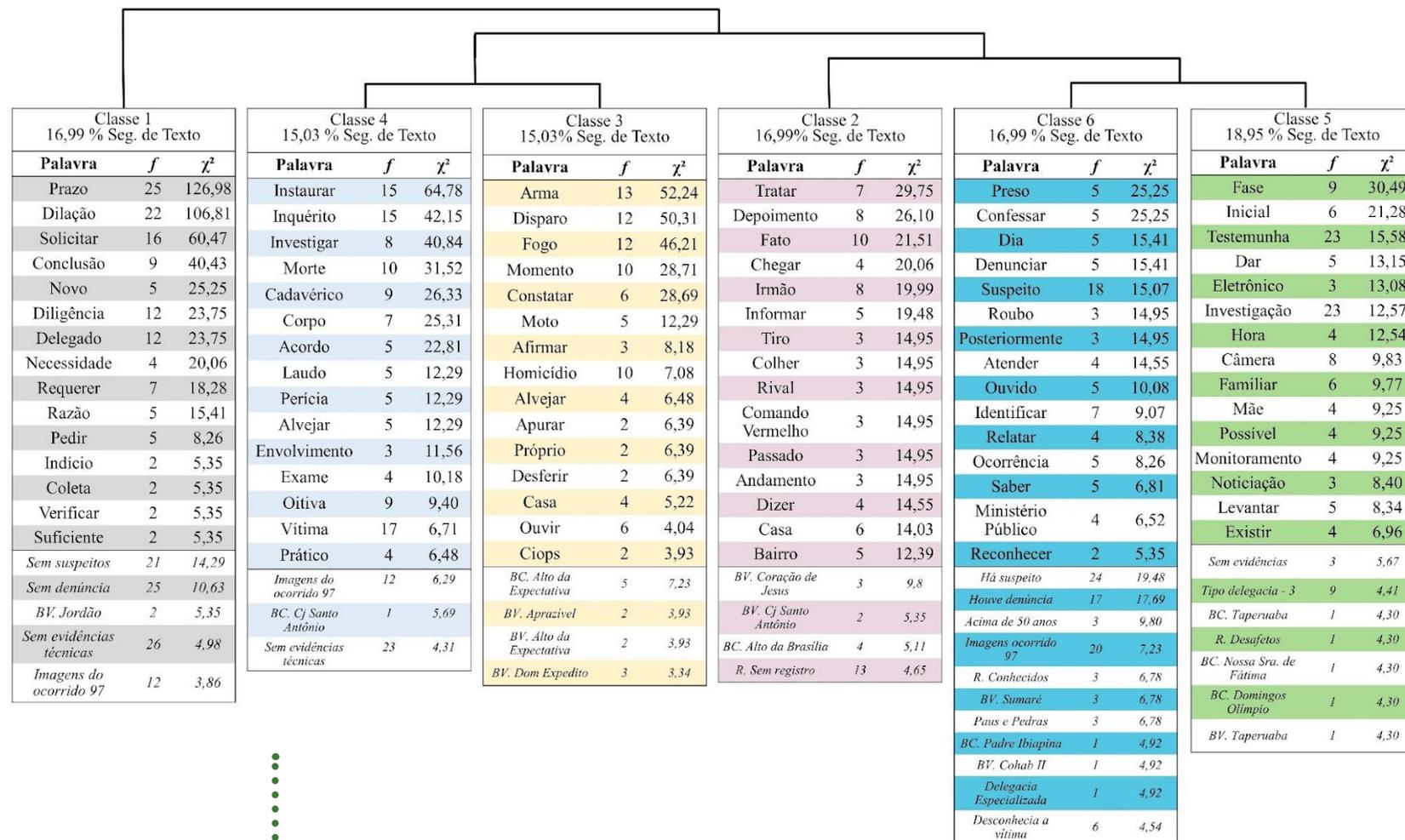
A literatura aponta que essa tem sido a explicação mais frequente utilizada pela polícia, que atribui a vítima antes de aprofundar as investigações o status de facionada, ao passo que atrela a sua morte a uma dinâmica conflituosa, a qual essa participaria ativamente (ACOLHE, 2021). É importante frisar que as informações aqui apresentadas não necessariamente expressam a verdadeira razão do homicídio, visto que essas são

decorrentes da investigação realizada pela polícia, com suas concepções e fórmulas de investigação cristalizadas em um discurso de guerra entre grupos de inimigos, sendo qualquer vítima um desses.

Além dessa percepção, é importante destacar alguns aspectos apresentados pela comunidade “aleatório”, o qual destaca casos em que a vítima foi assassinada como forma de retaliação ao grupo da área em que residia. A classe “informar” também apresenta uma outra perspectiva para a motivação, sendo essa relacionada a conflitos interpessoais, em especial às pessoas que residem no mesmo bairro.

Por fim, em relação à forma como a investigação foi conduzida, procedeu-se da mesma forma que para as análises qualitativas anteriores, sendo feita uma descrição dos procedimentos utilizados durante a investigação. Esses foram analisados por meio da CHD, a qual considerou 93 textos, com 196 segmentos de textos, os quais somam 6.462 ocorrências e 1.205 formas, das quais 55,35% são hápax.

Na **Figura 8** é possível observar a divisão sequencial sofrida pelo corpus, a qual se inicia com o destacamento da Classe 1, ao passo que a divisão seguinte se divide em dois volumes de segmentos de texto. O primeiro volume de segmentos se divide nas Classes 4 e 3, ao passo que do segundo volume destaca a Classe 2 é um último montante, que por fim se subdivide nas Classes 6 e 5.



## Figura 8.

Dendrograma de classes, corpus “condução da investigação”.

A Classe 1 agrupa 16,99% dos segmentos de texto retidos na análise, e as palavras associadas estão relacionadas a solicitação de dilação de prazo de investigação por parte da delegacia.

Quando os segmentos de texto são observados se verifica que algumas investigações estão no início, ao passo que a dilação se justifica por meio da ausência de evidências ou suspeitos. Os segmentos “a investigação se encontra em fase inicial, ainda não há suspeitos do homicídio. A vítima informou aos policiais que viu o rosto, mas não sabia quem eram os indivíduos. A autoridade policial solicitou dilação de prazo para a conclusão das investigações” ( $M\chi^2 = 83,67$ ) e “até o momento a polícia não encontrou indícios de autoria e materialidade do fato criminoso. Por esse motivo foi solicitado dilação do prazo para a apuração. Se sabe que a vítima era usuária de drogas, mas não consta passagens pela polícia” ( $M\chi^2 = 50,81$ ) ilustram essa percepção.

Essa classe está associada aos casos em que não há suspeitos de terem cometido o crime ( $\chi^2 = 14,29$ ;  $p = 0,0001$ ), logo sem denúncia ( $\chi^2 = 10,63$ ;  $p = 0,0001$ ), bem como a ausência de evidências técnicas ( $\chi^2 = 4,98$ ;  $p = 0,02$ ), ou registro de imagens relacionadas ao homicídio ( $\chi^2 = 3,86$ ;  $p = 0,04$ ). Além disso, a classe se associa a crimes em que a vítima residia na localidade Jordão ( $\chi^2 = 5,35$ ;  $p = 0,02$ ).

No que se refere a Classe 4 (15,93% dos segmentos de texto), as palavras associadas estão ligadas ao processo de instauração do inquérito. Segmentos como “foi instaurado inquérito poli-

cial, onde houve oitiva de testemunhas e prisão preventiva do suspeito” ( $M\chi^2 = 38,78$ ) e “inquérito instaurado para investigar a morte de um homem alvejado por arma de fogo” ( $M\chi^2 = 25,21$ ) evidenciam esses elementos. É válido destacar que essa classe agrupa segmentos com elementos técnicos da descrição, nos quais a frase “instauração de inquérito” é frequente, atuando como elemento descritivo técnico. Ademais, a Classe 4 apresenta associação estatisticamente significativa com os casos em que não há registro da possibilidade de existência de imagens relacionadas ao crime ( $\chi^2 = 6,29$ ;  $p = 0,01$ ), bem como aos casos em que não se observa evidências técnicas ( $\chi^2 = 4,31$ ;  $p = 0,03$ ). Por fim, essa classe apresenta associação com crimes ocorridos no bairro Santo Antônio ( $\chi^2 = 5,69$ ;  $p = 0,01$ ).

Enquanto a classe anterior abordava os elementos técnicos da descrição feita pelos pesquisadores, a Classe 3 parece descrever a configuração inicial encontrada pela polícia, com ênfase no método utilizado no homicídio e na localização do corpo das vítimas. Em segmentos como “se trata de homicídio doloso, em que a vítima foi atingida por 10 disparos de arma de fogo os suspeitos empreenderam fuga em uma moto a polícia tentou perseguir, mas não obtiveram êxito” ( $M\chi^2 = 33,63$ ) e “o local da ocorrência foi a casa da vítima, na qual foram apreendidas armas munições e drogas. Durante as investigações foi constatado que a morte da vítima ocorreu em legítima defesa do policial” ( $M\chi^2 = 28,72$ ) é possível perceber esses elementos de forma mais nítida. E, relação às variáveis, esta classe apresenta

associação estatisticamente significativa com crimes em que a vítima residia na localidade Aprazível ( $\chi^2 = 3,93$ ;  $p = 0,04$ ), e nos bairros Alto da Expectativa ( $\chi^2 = 3,93$ ;  $p = 0,04$ ) e Dom Expedito ( $\chi^2 = 3,34$ ;  $p = 0,04$ ), bem como a crimes que ocorrem no bairro Alto da Expectativa ( $\chi^2 = 7,23$ ;  $p = 0,007$ ).

As Classes 4 e 3 descrevem elementos técnicos do processo de investigação, tendo em vista o procedimento e os instrumentos de registo, em decorrência das descrições objetivas da cena, elaboradas pelos agentes de segurança que chegam ao local. Além disso, os protocolos de confecção dos instrumentos apresentam normas e formalidades, as quais implicam segmentos de texto repetidos, e por conta disso sendo destacados como classe específica (Classe 4).

Por outro lado, apesar de ser um procedimento, a descrição da cena do crime é um elemento considerável para a compreensão do fato, em especial para os atores que entrarão em contato com o contexto a partir dos relatos feitos pela polícia. Diante disso, a identificação de uma classe específica para tal (Classe 3) permite inferir que a forma objetiva de como os homicídios ocorreram resguardam semelhanças, como visto em outros resultados.

As cenas dos homicídios são a primeira fonte de evidência acerca do fato, devendo ser preservada em sua integridade para a coleta de provas, porém, no contexto em que os homicídios dessa pesquisa ocorreram, essa é uma tarefa árdua, tendo em

vista a movimentação da população nos locais e a dificuldade de acesso à localidade do fato. Em suma, as Classes 4 e 3 compartilham semelhanças ao abordarem elementos técnicos, seja de abertura do inquérito ou de descrição do local de ocorrência do homicídio.

Já a Classe 2 (16,99% dos segmentos de texto) aborda aspectos relacionados aos primeiros depoimentos colhidos pela polícia, ao passo em que se busca informações que possam levar a suspeitos, bem como a provável motivação para o crime.

Como exemplos temos os segmentos “a investigação se iniciou com a lavratura de boletim de ocorrência feito pelo irmão da vítima, que noticiou o homicídio. Foi colhido o depoimento do irmão, até agora única testemunha que detalhou o fato, e informou que no local existem várias câmeras tanto nos mercantis próximo como câmeras de segurança” ( $M\chi^2 = 16,46$ ) e “inquérito foi aberto para iniciar as investigações onde fora chamada como testemunha a irmã da vítima, que prestou todos os esclarecimentos. Declarou que o irmão já tinha cometido 2 homicídios e informou também 2 nomes de pessoas que tinham conhecimento sobre o fato” ( $M\chi^2 = 12,38$ ).

Esta classe está associada a casos em que a vítima residia nos bairros Coração de Jesus ( $\chi^2 = 9,80$ ;  $p = 0,001$ ) e Conjunto Santo Antônio ( $\chi^2 = 5,35$ ;  $p = 0,02$ ), bem como crimes que ocorreram no bairro Alto da Brasília ( $\chi^2 = 5,11$ ;  $p = 0,02$ ). Ademais, a Classe 2 apresenta associação estatisticamente significativa

com casos em que não há registros da relação entre a vítima e o suspeito do homicídio ( $\chi^2 = 4,65$ ;  $p = 0,03$ ), bem como casos em que há provas técnicas ( $\chi^2 = 4,65$ ;  $p = 0,002$ ), ao passo que as imagens relacionadas a ocorrência não apresentam qualidade ( $\chi^2 = 6,90$ ;  $p = 0,008$ ).

Como dito anteriormente, a tradição inquisitorial brasileira implica a valorização de provas testemunhais em detrimento a provas técnicas, fenômeno influenciado por gargalos e pelo volume de solicitações recebidas pela perícia. O levantamento de testemunhas começa a ser feito quando o primeiro agente de segurança chega ao local do crime, de modo que pessoas que estejam mais dispostas a contribuir são ouvidas, porém não são raros os casos em que a população não se sente segura a prestar informações. Em situações como essas, a polícia tende a chamar os parentes da vítima para levantar informações, como é visto em segmentos de texto que compõem essa classe, a saber: “a investigação não foi concluída, o único depoimento colhido foi do irmão da vítima que não sabe precisar a motivação do crime. O Ministério Público pediu a dilação de prazo para concluir as investigações” ( $M\chi^2 = 11,19$ ) e “durante a investigação a família da vítima foi procurada para prestar esclarecimentos e acompanhar as investigações, mas esses se recusaram procurar por justiça para a morte da vítima” ( $M\chi^2 = 4,44$ ).

A literatura indica que a relação entre população e polícia é algo relevante para a investigação de homicídios, de modo que localidades em que a população apresenta maior nível de

confiança nas forças de segurança há uma maior colaboração com os processos de investigação (PIZARRO; TERRILL; LOFASO, 2020).

Em reunião com as forças de segurança que atuam na cidade de Sobral, os policiais reconheceram esse processo, ao passo que levantam a demanda de realização de atividades junto à população com o intuito de aumentar a confiança. No entanto, pesam contra a forma violenta e racista que a polícia realiza abordagens nas periferias da cidade, bem como as ações letais durante os procedimentos, como explora a edição especial “Cada Vida Importa: Edição especial, novembro 2022” do Comitê de Prevenção e Combate à Violência (2022).

No que se refere à Classe 6, essa agrupa 16,99% dos segmentos de texto, e as palavras associadas a ela se relacionam com a identificação dos suspeitos do crime, bem como a coleta de seu depoimento. Segmentos de texto como “investigação em fase inicial. Uma testemunha compareceu a delegacia para prestar esclarecimentos, informou que estava presente na hora do fato, pois tinha ido com sua mãe visitar familiares que residem na mesma rua do crime” ( $M\chi^2 = 12,08$ ) e “a investigação se iniciou com oitiva de testemunhas. Foi realizado reconhecimento fotográfico para a testemunha apontar o suspeito do delito. Foi feita diligência para tentar localizar o suspeito, e por hora toda a linha investigativa está sendo sobre um único suspeito de desferir as facadas. A investigação não foi concluída” ( $M\chi^2 = 10,04$ ) permitem observar essa percepção de forma mais nítida.

Esta classe está associada a crimes que há suspeito ( $\chi^2 = 19,48$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como foi ofertada a denúncia por parte do Ministério Público ( $\chi^2 = 17,69$ ;  $< 0,0001$ ), casos em que o suspeito tanto conhecia a vítima ( $\chi^2 = 6,78$ ;  $p = 0,009$ ) quanto a desconhecia ( $\chi^2 = 4,54$ ;  $p = 0,03$ ). Além dessas, há associação aos casos em que as vítimas tinham mais de 50 anos ( $\chi^2 = 9,80$ ;  $p = 0,0001$ ), bem como residiam nos bairros Sumaré ( $\chi^2 = 6,78$ ;  $p = 0,0009$ ) ou COHAB II ( $\chi^2 = 4,92$ ;  $p = 0,001$ ). Os elementos destacados por essa classe se relacionam a crimes cometidos com paus e pedras ( $\chi^2 = 6,78$ ;  $p = 0,009$ ), os quais são investigados em delegacias especializadas ( $\chi^2 = 4,92$ ;  $p = 0,02$ ).

Quando os segmentos de texto da Classe 6 são analisados, é possível identificar a relevância das provas testemunhais para a identificação e apreensão dos suspeitos dos homicídios. Em alguns casos, é possível perceber a relevância para investigação das testemunhas identificadas no local do crime, bem como os parentes e amigos da vítima. Nesse contexto, um elemento a ser destacado se refere à segurança das testemunhas, uma vez que compartilhar determinadas informações com a polícia pode colocar a vida dessas pessoas em risco, mesmo que os elementos indicados não apontem diretamente o autor do crime.

Por fim, em relação a Classe 5, são concatenamentos 18,95% dos segmentos de texto considerados nessa análise, e as palavras associadas se relacionam à descrição de investigações em fase inicial, com destaque para a ausência de evidências ( $\chi^2 =$

5,67;  $p = 0,01$ ). Em segmentos como “investigação em fase inicial. Não tem testemunhas e ainda no aguardo de perícia em objetos projéteis encontrados no local” ( $M\chi^2 = 14,24$ ) e “a investigação está em fase inicial. Não foi ouvida nenhuma testemunha, todas as informações obtidas foram dadas pelo policial que foi até o local da ocorrência. Foi verificada a existência de câmeras em um prédio, porém estas estavam com defeito” ( $M\chi^2 = 11,91$ ) podemos observar de forma geral a ideia dessa classe.

Estão associados à Classe 5, casos em que a vítima era um desafeto do suspeito ( $\chi^2 = 4,30$ ;  $p = 0,03$ ), como os casos ocorridos na localidade Taparuaba ( $\chi^2 = 4,30$ ;  $p = 0,03$ ), e nos bairros Nossa Senhora de Fátima ( $\chi^2 = 4,30$ ;  $p = 0,03$ ) e Domingos Olímpio ( $\chi^2 = 4,30$ ;  $p = 0,03$ ), e em que a vítima residia na localidade Taparuaba ( $\chi^2 = 4,30$ ;  $p = 0,03$ ). Por fim, destaca-se a associação desta classe com os casos sob responsabilidade tanto de Delegacia regional quanto de especializada ( $\chi^2 = 4,41$ ;  $p = 0,03$ ).

De maneira geral, o corpus passa por divisões sequências, de modo a destacar inicialmente os casos em que foram feitas solicitação de dilatação do prazo (Classe 1), em seguida são observados os aspectos iniciais da investigação do crime, desde o acionamento da polícia (Classe 4) as informações levantadas inicialmente (Classe 3). Em seguida, a CHD aponta para os depoimentos iniciais (Classe 2), para então enfatizar a forma como os suspeitos são identificados (Classe 6) e casos em que as investigações ainda estão no início (Classe 5).

# 6. INVESTIGAÇÃO, DENÚNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO DOS CASOS

Neste bloco, serão apresentados os resultados das análises relativas ao processo de comunicação entre a delegacia e o Ministério Público. Durante a investigação do homicídio, quando o prazo legal estabelecido pelo Código de Processo Penal (Lei nº 3.689/1941, Art. 10) é atingido, a Delegacia tende

a solicitar mais prazo para a realização das diligências necessárias para avançar na apuração dos fatos. Neste momento o Ministério Público também pode solicitar diligências específicas, tendo como horizonte a denúncia de alguém como responsável pelo crime.

**Tabela 9.** Distribuição das informações relacionadas ao tipo de processo

VARIÁVEIS	F (%) <sup>1</sup>	% VÁLIDA <sup>2</sup>
<b>Tipo de processo</b>		
Apura a morte da vítima	102 (99,03%)	99,03%
Apura a conduta do réu que faleceu ou de outros corréus	1 (0,97%)	0,97%
Outros	0 (0,00%)	0,00%
Não há registro	0 (0,00%)	
<b>Fase em que se encontra o processo</b>		
Inquérito Policial, sem relatório final	49 (47,57%)	47,57%
Inquérito Policial, com relatório final, mas sem resposta do MP	2 (1,94%)	1,94%

Realização de novas diligências	14 (13,59%)	13,59%
Denúncia	24 (23,30%)	23,30%
Julgamento	14 (13,59%)	13,59%
<b>Tipo de delegacia em que ocorreu a investigação</b>		
Inteiramente em Delegacia Especializada (DAI, DHPP, DCA, etc.)	74 (71,84%)	71,84%
Inteiramente na Delegacia Distrital	28 (27,18%)	27,18%
Em parte, na Delegacia especializada, em parte na delegacia distrital	1 (0,97%)	0,97%
Não há registro	0 (0,00%)	
<b>Caso haja relatório, quem concluiu o relatório final?</b>		
Inteiramente em Delegacia Especializada (DAI, DHPP, DCA etc.)	41 (39,81%)	75,93%
Inteiramente na Delegacia Distrital	13 (12,62%)	24,07%
Missing	49 (47,57%)	
<b>Quantidade de certidões de devolução do inquérito à polícia</b>		
Não	37 (23,72%)	32,74%
Sim	76 (48,72%)	67,26%
Não há identificação do suspeito	43 (27,56%)	
<b>Relação do suspeito com a vítima</b>		
0	43 (41,75%)	
1	55 (53,40%)	91,67%
2	3 (2,91%)	5,00%
3	2 (1,94%)	3,33%

<sup>1</sup>n = 103; <sup>2</sup>% desconsiderando os casos ausentes e sem registro

A maior parte dos documentos analisados investiga diretamente a morte de uma vítima, no entanto, em um dos casos, há indícios de investigação de um homicídio em um processo de latrocínio realizado pela própria vítima do ocorrido. Em relação à situação dos processos reunidos, a maior parte estava na fase de inquérito (47,57%), ao passo que em um volume expressivo há denúncia (23,30%) ou mesmo o julgamento (13,59%). Porém, quando se verifica a associação entre o ano de ocorrência do fato e a fase em que o processo se encontra, observa-se uma associação de casos em que há denúncia e julgamento com o ano de 2019 [ $\chi^2(8) = 34,19; p < 0,0001$ ], à medida que para os demais anos não se verificou associação estatisticamente significativa. Essas informações podem ser observadas na Tabela 9.

Em relação ao tipo de delegacia em que ocorreu a investigação, a maior parte foi classificada como sendo delegacia especializada (71,84%), sendo essas as maiores responsáveis pela conclusão dos relatórios (75,93%). Em relação à devolução do inquérito por parte do Ministério Público para a delegacia, em 58,25% há registro de pelo menos uma devolução, sendo essa em média 1,12 vezes (DP = 0,42; Mín. = 1; Máx. = 3).

## 6.1.1 RESPONSABILIZAÇÃO DOS CASOS DE HOMICÍDIO

Neste bloco são apresentados os elementos relacionados ao andamento dos processos após a realização da denúncia dos suspeitos realizada pelo Ministério Público (MP).

De forma geral, em 35,92% há denúncia por parte do MP, com média de 2,4 (DP = 2,38; Mín. = 1; Máx. = 14) pessoas denunciadas quando todos os casos são considerados, sendo esse valor de 2,16 (DP = 1,40; Mín. = 1; Máx. = 7) quando o caso com 14 suspeitos é considerado. Apesar desse valor, quando se observa a frequência de cada categoria, é possível perceber um maior número de casos em que há uma ou duas pessoas denunciadas (70,28%). Além disso, as pessoas denunciadas eram consideradas suspeitas durante a fase de investigação (94,56%). Essas informações podem ser observadas em maiores detalhes na **Tabela 10**.

**Tabela 10.** Distribuição das informações relacionadas a oferta de denúncia

VARIÁVEIS	F (%) <sup>1</sup>	% VÁLIDA <sup>2</sup>
<b>Foi feita denúncia</b>		
Sim	37 (35,92%)	35,92%
Não	66 (64,08%)	64,08%
<b>Média de pessoas denunciadas</b>		2,49 (2,39)
<b>Quantas pessoas foram denunciadas</b>		
1	13 (12,62%)	35,14%
2	13 (12,62%)	35,14%
3	7 (6,80%)	18,92%
5	1 (0,97%)	2,70%
6	1 (0,97%)	2,70%
7	1 (0,97%)	2,70%
14	1 (0,97%)	2,70%
Missing	66 (64,08%)	
<b>Os denunciados eram suspeitos durante a investigação</b>		
Sim, todos	35 (33,98%)	94,59%
Sim, alguns	2 (1,94%)	5,41%
Não	0 (0,00%)	0,00%
Missing	66 (64,08%)	

**Registro de confissão**

Sim	11 (10,68%)	10,68%
Não	92 (89,32%)	89,32%

**Indícios de autoria que não sejam provas testemunhais**

Sim	13 (12,62%)	13,00%
Não	87 (84,47%)	87,00%
Não há registro	3 (2,91%)	

**Houve julgamento**

Sim	12 (11,65%)	32,43%
Não	25 (24,27%)	67,57%
Missing	66 (64,08%)	

<sup>1</sup>n = 103<sup>2</sup>% desconsiderando os casos ausentes e sem registro

A confissão dos casos só foi observada em 10,68% dos registros, ao passo que são pouco frequentes indícios de autoria do crime que não sejam provas testemunhais 87,00%. Por fim, é válido destacar que houve julgamento para 11,65% considerado todos os casos, e 32,43% quando se considera apenas os casos em que houve denúncia.

De maneira geral, o baixo número de casos em que houve denúncia por parte do Ministério Público é reflexo dos processos apresentados até agora. É possível identificar dificuldades em localizar evidências, oitivas de testemunhas, ausência de imagens do ocorrido, além das diligências solicitadas e não realizadas.

Os resultados apresentados nesta subseção arrematam as informações relacionadas aos suspeitos. A descrição da forma como os homicídios ocorreram apontam para a recorrência de dois homens abordando uma vítima, ao passo que em média são assumidos, em sua maioria, dois suspeitos durante a investigação, os quais são denunciados pelo Ministério Público. Essa percepção é reforçada pelo número expressivo de pessoas denunciadas que eram suspeitas na fase de investigação.

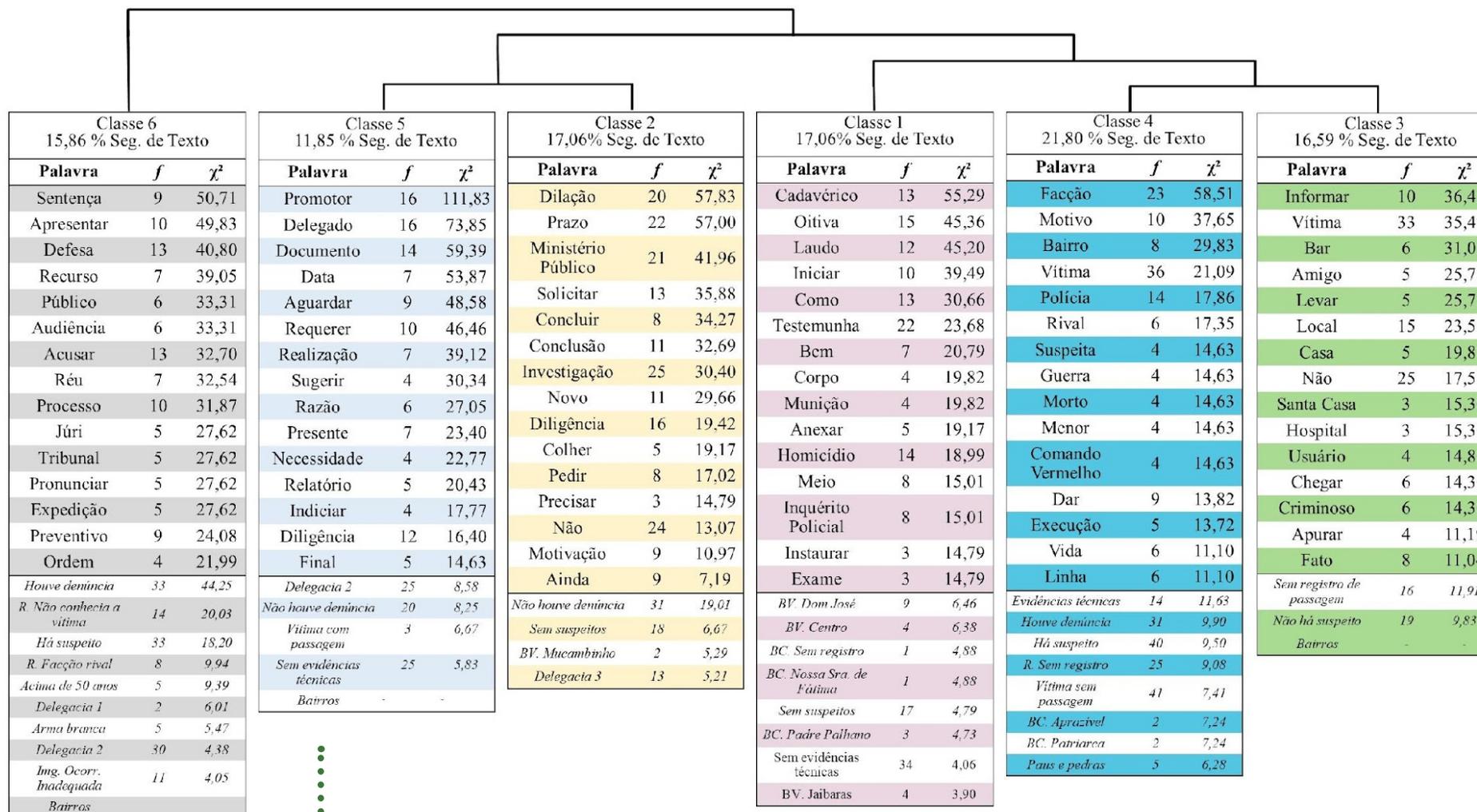
Com base nesses elementos é possível inferir que há casos exitosos no processo de responsabilização dos agressores, de modo que, uma vez a denúncia sendo adotada como desfecho, pode-se identificar casos que chegam a

esse ponto, mesmo esse sendo um número baixo (35,92%). Não obstante, é fundamental destacar que casos que chegam a essa fase estão associados aos casos de homicídios ocorridos em 2019 [  $\chi^2(8) = 34,19; p = 0,0001$  ], dado que permite concluir que os casos tendem a demorar um volume de tempo expressivo para consolidar evidências para oferta da denúncia. Por fim, destaca-se que os casos de 2020 e 2021 ocorreram durante a pandemia de Covid-19, o contexto implicou alterações expressivas nos processos de trabalho da Polícia Civil.

## 6.1.2 RESUMO DOS DOCUMENTOS

Diferente das outras análises, o corpus “resumo do documento” considera aspectos gerais sobre todas as etapas da investigação, bem como busca registrar inconsistências ou pontos de pouca nitidez nos documentos analisados.

Após a extração das informações, os pesquisadores realizaram uma descrição dos principais pontos em um texto resumo, os quais registraram 9.717 ocorrências e 1.582 formas, das quais 51,58% são hápax. Novamente, foi realizada uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a qual aponta para a presença de seis classes, cuja divisão sequencial pode ser observada na **Figura 9**.



**Figura 9.**  
Dendrograma de classes,  
corpus “resumo do documento”.

A Classe 6 é a primeira a ser destacada no corpus, concatena 15,86% dos segmentos de texto e as palavras associadas a ela fazem menção à sentença dada pelo crime, bem como aspectos relacionados à apelação por parte do réu.

Segmentos como “após a sentença a Defensoria Pública apresentou apelação, em ato contínuo o Ministério Público apresentou contrarrazões à apelação e por fim o Ministério Público Estadual opinou que a Corte de Justiça conheça e não conceda o provimento à apelação apresentada pela defesa, ora Defensoria Pública” ( $M\chi^2 = 29,71$ ) e “os suspeitos pronunciados entraram com recurso no STJ pedindo, em síntese, a análise da prisão preventiva dos réus e a anulação do depoimento das testemunhas anônimas” ( $M\chi^2 = 25,64$ ) ilustram essa percepção.

Destaca-se ainda a presença de advogados particulares na defesa, como se vê em “os acusados foram denunciados, sendo as suas defesas apresentadas por advogado particular e por defensores públicos. O juízo, então pronunciou os acusados, que foram considerados culpados pelo conselho de sentença no tribunal do júri” ( $M\chi^2 = 27,60$ ).

Esta classe apresenta associação com casos em que havia suspeito ( $\chi^2 = 18,20$ ;  $p < 0,0001$ ) e houve denúncia ( $\chi^2 = 44,5$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como casos que a investigação foi conduzido por delegacias regionais ( $\chi^2 = 6,01$ ;  $p = 0,01$ ) e especializadas ( $\chi^2 = 4,38$ ;  $p = 0,03$ ). Ademais, a classe apresenta associação com casos em que a vítima

tinha mais de 50 anos ( $\chi^2 = 9,39$ ;  $p = 0,002$ ), e que não conhecia os suspeitos do crime ( $\chi^2 = 20,03$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como aquele em que a vítima e o suspeito pertenciam a facções rivais ( $\chi^2 = 9,49$ ;  $p = 0,001$ ).

Além disso, as imagens relacionadas ao homicídio não apresentam qualidade adequada ( $\chi^2 = 4,05$ ;  $p = 0,04$ ), ao passo que nesse foi empregada uma arma branca ( $\chi^2 = 5,47$ ;  $p = 0,01$ ). Em relação aos bairros, estão associados os casos ocorridos no bairro Domingos Olímpio ( $\chi^2 = 27,51$ ;  $p < 0,0001$ ) e aqueles em que a vítima residia no bairro Sumaré ( $\chi^2 = 15,95$ ;  $p < 0,0001$ ), Junco ( $\chi^2 = 13,31$ ;  $p < 0,0001$ ) e Cidade Geraldo C. Menezes ( $\chi^2 = 6,28$ ;  $p = 0,01$ ).

Tendo em vista que um número pouco expressivo de casos chegou a fase de julgamento, a primeira divisão do corpus destacar a Classe 6 reflete a especificidade do tema abordado. Por essa razão, os casos que apresentam elementos relacionados à pena estão associados à presença de suspeitos e realização de denúncias.

Em relação a Classe 5 (11,85% dos segmentos de texto), as palavras associadas a essa classe parecem estar relacionadas aos trâmites estabelecidos entre a delegacia e o Ministério Público, em especial às considerações indicadas no relatório final produzido pelo delegado. Segmentos como “investigação que culminou com o relatório final, em que o delegado sugere o arquivamento por não ter encontrado autoria delitiva. Nesse momento o documento se encontra aguardando manifestação do promotor” ( $M\chi^2 = 41,56$ ) e

“no relatório final, o delegado relatou todo o fato e na conclusão sugeriu o arquivamento do procedimento. De posse do relatório, o promotor competente entendeu que as diligências realizadas não foram suficientes” ( $M\chi^2 = 34,17$ ) ilustram essa percepção.

A Classe 5 apresenta associação com casos conduzidos por delegacias especializadas ( $\chi^2 = 8,58$ ;  $p = 0,003$ ), bem como aqueles em que não há denúncia ( $\chi^2 = 8,25$ ;  $p = 0,004$ ), com os casos em que a vítima apresenta passagem na polícia ( $\chi^2 = 6,27$ ;  $p = 0,009$ ) e nos quais não são identificadas evidências técnicas ( $\chi^2 = 5,83$ ;  $p = 0,01$ ).

Em relação aos bairros, a classe está associada a crimes que ocorreram na localidade de Patos ( $\chi^2 = 15,02$ ;  $p = 0,0001$ ) e nos bairros Conjunto Santo Antônio ( $\chi^2 = 15,02$ ;  $p = 0,0001$ ) e Dom Expedito ( $\chi^2 = 5,68$ ;  $p = 0,01$ ), em relação à residência da vítima, estão associados casos do bairro Cidade Gerardo C. Menezes ( $\chi^2 = 8,76$ ;  $p = 0,003$ ), Nova Caiçara ( $\chi^2 = 4,02$ ;  $p = 0,04$ ), Alto da Brasília ( $\chi^2 = 3,89$ ;  $p = 0,04$ ) e com a localidade Aracatiaçu ( $\chi^2 = 3,89$ ;  $p = 0,04$ ).

Uma parte expressiva da investigação se dá na adequação das evidências identificadas para a linguagem tecno-burocrática que o Sistema de Justiça precisa, desse modo o diálogo entre a Polícia Civil e o Ministério Público é algo rotineiro.

Esse fluxo representa um dos gargalos no processo investigativo, marcado especialmente por solicitações de

novas diligências, reenvio de documentos ou solicitações de novos prazos. Neste ponto, é possível identificar de forma mais nítida a necessidade de modernização dos equipamentos, bem como dos sistemas eletrônicos utilizados pelas partes, uma vez que diversos procedimentos são registrados fisicamente e em seguida escaneados para serem anexados no sistema. Além disso, é importante destacar a necessidade de uma via mais rápida de diálogo, sem perder o rigor e a formalidade necessária, uma vez que a transferência de informações via ofícios parece aumentar o ruído na comunicação.

Em relação a Classe 2, essa agrupa 17,60% dos segmentos de texto considerados pela análise, e as palavras associadas a elas estão relacionadas com a solicitação de dilação de prazo do delegado ao Ministério Público, apresentando diferentes justificativas para tanto. Em segmentos como “ainda está em fase de investigação. O único depoimento que consta nos autos é do pai da vítima, que não sabe precisar a causa da morte do filho. O Ministério Público pediu dilação de prazo para concluir as investigações, por isso não denunciados nem suspeitos” ( $M\chi^2 = 23,68$ ) e “por não se ter nenhum suspeito e nenhuma linha de investigação que possa identificar os suspeitos, a polícia achou melhor suspender as investigações. Contudo, foi solicitado dilação de prazo para a conclusão do inquérito policial, Ministério Público concedeu prazo e solicitou diligências” ( $M\chi^2 = 29,43$ ) é possível observar solicitações que giram em torno da inclusão de novas evidências, as quais implicam em realizar mais diligências.

Ao passo que em segmentos como, “contudo, tais diligências policiais não foram o suficiente para o ato de indiciamento de algum suspeito. Por isso o delegado solicitara a dilação de prazo para conclusão das investigações” ( $M\chi^2 = 26,46$ ), foi possível observar a solicitação dilação de prazo para conclusão de buscas por testemunhas ou suspeitos que já estão em curso. Esta classe apresenta associação com os casos em que não há denúncia ( $\chi^2 = 19,01$ ;  $p < 0,0001$ ), uma vez que não há suspeitos ( $\chi^2 = 6,67$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como aos casos em que a investigação ocorreu tanto em Delegacia especializada quanto em Delegacia Regional ( $\chi^2 = 5,21$ ;  $p = 0,02$ ). No que se refere aos bairros, há uma associação estatisticamente significativa com vítimas que residiam no bairro Mocambinho ( $\chi^2 = 5,29$ ;  $p = 0,02$ ).

Apesar da Classe 2 apresentar diversas associações, não é possível afirmar que essas características estão diretamente relacionadas a solicitação de dilação de prazo, tendo em vista que em 53,40% dos documentos analisados havia algum registro de devolutiva do inquérito à Polícia Civil, a passo que os documentos que não registravam essa devolução ainda estavam em fase inicial. Dessa forma, pode-se concluir que a solicitação de mais prazo para a conclusão da investigação, ou mesmo a concessão dessa por parte da Justiça, deixa de ser a exceção e se torna a regra, elemento que permite inferir que a legislação que indica o prazo para tal não reflete a realidade (BRASIL, 1941)

A Classe 1 agrupa 17,06% do segmento de textos consi-

derados pela análise, e as palavras associadas fazem menção a provas, tanto técnicas quanto testemunhais, sendo essas juntadas à investigação no início e as primeiras mencionadas em pedidos junto à Perícia Forense.

Em segmentos como “só na fase processual foi juntado o laudo cadavérico, após solicitação do promotor. Diante da denúncia o acusado teve o auxílio da defensoria pública para realizar sua defesa, o qual foi substituído logo depois por advogado particular” ( $M\chi^2 = 27,45$ ) e “o laudo cadavérico bem como a oitiva das testemunhas encontradas e diante da existência de câmeras no local foram anexadas fotos das câmeras que registraram a conduta dos suspeitos, porém a imagem não é nítida o suficiente para identificar os suspeitos” ( $M\chi^2 = 21,52$ ) é possível observar essa percepção de forma mais nítida.

A Classe 1 apresenta associação estatisticamente significativa com casos em que não há suspeitos ( $\chi^2 = 4,79$ ;  $p = 0,02$ ), e de modo contraditório com casos em que não há evidências técnicas ( $\chi^2 = 4,06$ ;  $p = 0,04$ ), uma vez que a maior parte das menções a essa estão relacionadas a solicitação junto a Perícia Forense. Em relação a bairros, há uma associação estatisticamente significativa com vítimas que residia no bairro Dom José ( $\chi^2 = 6,46$ ;  $p = 0,01$ ), Centro ( $\chi^2 = 6,38$ ;  $p = 0,01$ ) e na localidade Jaibaras ( $\chi^2 = 3,90$ ;  $p = 0,04$ ), bem como a crimes que ocorreram nos bairros Nossa Senhora de Fátima ( $\chi^2 = 4,88$ ;  $p = 0,02$ ) e Padre Palhano ( $\chi^2 = 4,73$ ;  $p = 0,02$ ).

Outro elemento destacado nos resultados até o momento foi o local em que as evidências técnicas ocupam, fato abordado pela Classe 1. De maneira geral, nota-se a ausência dessas evidências, como visto nas variáveis associadas, bem como a utilização das provas testemunhais para a composição do caso. O que se nota ainda é a justificativa por parte da delegacia para não terem anexados alguns documentos, como o laudo cadavérico, uma vez que este depende da Perícia.

Na Classe 4 são agregados 21,80% do sentimento de texto, as palavras associadas a elas parecem se relacionar ao motivo da ocorrência de homicídio, com ênfase para o conflito entre facções criminosas. Quando os segmentos de texto são observados, é possível ilustrar essa percepção através de “o inquerito se deu por um caso de homicídio que se teve por motivo de guerra de facções onde teve 2 suspeitos. Foram ouvidas testemunhas que presenciaram e ouviram comemorações da morte da vítima” ( $M\chi^2 = 29,14$ ) e “ocorreu um crime, onde se deu por motivo de guerra entre facções, onde havia 2 suspeitos, sendo um menor de 18 anos. O Ministério Público pediu a internação do adolescente” ( $M\chi^2 = 21,19$ ).

Em relação às variáveis associadas, é possível identificar casos em que há evidências técnicas ( $\chi^2 = 11,63$ ;  $p = 0,0006$ ), bem como suspeitos ( $\chi^2 = 9,50$ ;  $p = 0,002$ ), denúncia ( $\chi^2 = 9,90$ ;  $p = 0,001$ ) e utilização de paus e pedras para execução do crime ( $\chi^2 = 6,28$ ;  $p = 0,01$ ). A classe também está asso-

ciada aos casos em que não há indicação da relação entre a vítima e o suspeito ( $\chi^2 = 9,08$ ;  $p = 0,002$ ), bem como aos casos em que a vítima apresenta passagem pela polícia ( $\chi^2 = 7,41$ ;  $p = 0,007$ ). No que se refere aos bairros, a associação entre os crimes ocorridos nas localidades Aprazível ( $\chi^2 = 7,24$ ;  $p = 0,007$ ) e Patriarca ( $\chi^2 = 7,24$ ;  $p = 0,007$ ).

Por fim, a Classe 3 agrupa 16,59% dos segmentos de texto considerados para esta análise, e as palavras associadas a elas dizem respeito ao momento em que a polícia foi informada da ocorrência e os procedimentos adotados por populares após o fato.

Segmentos como “no local a Polícia Militar localizou estojos de calibre 32. Ao se dirigir à Santa Casa foi informado que a vítima tinha falecido no caminho para o hospital. Uma testemunha ocular foi ouvida, informando que presenciou todo o fato” ( $M\chi^2 = 17,55$ ) destaca a ida da vítima até o hospital, ao passo que segmentos do tipo “uma testemunha no local, não identificada pelo policial, informou que a vítima tinha dívidas de drogas e que tinha ido ao bar a convite do amigo, este que não se demorou no local o que levou a crer que tal amigo tinha levado a vítima para morrer” ( $M\chi^2 = 21,05$ ) enfatizam a investigação inicial realizada pela polícia em relação à história da vítima.

Em relação às variáveis consideradas durante análise, esta classe apresenta associação com casos em que a vítima não possui registro de passagem pela polícia ( $\chi^2 = 11,91$ ;  $p = 0,0005$ ), bem como casos em que não há suspeito dos

homicídios ( $\chi^2 = 9,83$ ;  $p = 0,001$ ). Há associação ainda com os casos em que a vítima morava nos bairros Coração de Jesus ( $\chi^2 = 14,88$ ;  $p = 0,0001$ ), Campo dos Velhos ( $\chi^2 = 12,67$ ;  $p = 0,0003$ ), Terrenos Novos ( $\chi^2 = 8,61$ ;  $p = 0,003$ ), Vila União ( $\chi^2 = 5,05$ ;  $p = 0,02$ ) e na localidade Jordão ( $\chi^2 = 5,05$ ;  $p = 0,02$ ). Da mesma forma, há associação com casos em que o homicídio ocorreu nos bairros Terrenos Novos ( $\chi^2 = 6,40$ ;  $p = 0,01$ ) e no Centro ( $\chi^2 = 5,78$ ;  $p = 0,01$ ).

As duas últimas classes destacadas pela análise dão conta tanto do motivo para o homicídio, como dos procedimentos adotados pela polícia. Mais uma vez, os elementos relacionados à heurística da guerra de facções estão presentes, de modo que os principais motivos dos homicídios giram ao redor dessa explicação.

Ademais, as evidências técnicas estão presentes, em concomitância à presença de suspeitos e à oferta de denúncia. Com base nessas informações, é possível inferir que, apesar dos atalhos cognitivos no processo de investigação, evidências técnicas parecem ampliar os rumos da investigação, extrapolando os limites pré-definidos.

# 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar de forma rigorosa os documentos produzidos na investigação de homicídios e de processos criminais ocorridos em Sobral. O resultado encontrou evidências sobre o contexto da violência no município que podem ajudar na compreensão da realidade de outras cidades do Estado, observando as singularidades de cada local, mas se apropriando dos elementos de análise que possam indicar caminhos para a diminuição da violência.

Em resumo, ao analisarmos os dados, vemos que o perfil da vítima em Sobral não se diferencia do perfil nacional e internacional. O que apresentamos de específico: são homicídios que ocorrem de forma “aleatória”, onde a vingança parece ser contra o território.

Ao analisar os documentos de investigação e processo, conclui-se que os crimes não tinham como objetivo, em parte dos casos, matar uma pessoa específica, mas vingar-se de uma determinada organização que domina aquele território.

Nesse caso, como os homicídios ocorrem em locais mais vulneráveis, as vítimas não diferem do perfil geral do que se encontra no Brasil. Tal conclusão demonstra que existem determinantes sociais que articulam pobreza e vulnerabilidades sociais com a incidência desses homicídios. Mesmo quando eles ocorreram de uma forma em que se poderia atribuir um caráter “aleatório”, o perfil não se modifica porque, em termos gerais, esses territórios são constituídos de pessoas pretas e pardas, com baixa escolaridade e baixa renda. Desta forma, quando estamos falando de crimes de vingança das organizações no território rival, tais vinganças acabam vitimando alguém com este mesmo perfil.

Arma de fogo foi o principal meio nos homicídios em Sobral, como aponta o levantamento demonstrado anteriormente. Mais uma vez nos deparamos com um padrão que se observa em outras cidades no Brasil. Contudo, destacamos dois marcadores específicos em Sobral.

O primeiro se refere a crimes de pistolagem, ou crimes profissionais, em que a vítima é surpreendida por alguém armado em veículo, que efetua disparos e se evadiu rapidamente do local do crime. Há, em segundo lugar, a especificidade do que podemos chamar de “crimes domésticos”, conflitos interpessoais resolvidos com utilização de arma de fogo. Tais ocorrências incidem principalmente nos territórios periféricos de Sobral, como apontado pela geoespacialização dos homicídios realizada pela pesquisa.

Outros achados importantes de estudo aparecem nas análises sobre os inquéritos policiais. Como apontam os dados coletados, em quase 60% existe uma única linha de investigação. Ressalte-se: entendemos que a linha de investigação é importante para guiar os procedimentos e protocolos para resolução dos casos, contudo em 32% dos casos, não é possível identificar linha alguma de investigação. Tal lacuna faz com que esses homicídios tenham bem menos chances de serem elucidados. Ou seja, as investigações variam entre uma única linha de observação ou a ausência desta.

Nestes últimos casos, se verifica uma tendência de enquadrarem tais crimes como “guerra de facções”. Outro ponto que merece destaque: isto ocorre mesmo com evidências apontando o contrário. A pesquisa também revela que, mesmo sem evidências, a hipótese da suposta “guerra de facções” acaba tendo relevância na investigação.

Também vale salientar que dentro da investigação se verifica uma predileção por provas testemunhais com uma média de três testemunhas por caso. No que diz respeito às provas documentais, imagens aparecem em apenas 25% dos casos e, quando aparecem, têm uma qualidade ruim. Este elemento evidencia uma cultura organizacional que se utiliza de métodos arcaicos na investigação.

Assim, é possível afirmar que Sobral utiliza muito pouco provas técnicas. As marcas que demonstram falhas nas investigações são vistas pela grande quantidade de pedidos de dilação de prazo, sendo esta também uma característica revelada na pesquisa feita pela Rede Acolhe em Fortaleza.

A coleta de depoimentos, a escuta de suspeitos ao longo da investigação e a baixa solicitação de outras provas técnicas também marcam a investigação em Sobral, que tem uma baixa elucidação de casos. Mais da metade dos inquéritos é devolvida pelo Ministério Público para novas diligências, acarretando um lento trâmite processual.

Diante desse esforço de pesquisa, precisamos avançar em investimentos que fortaleçam a produção de provas técnicas e que os fluxos entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público sejam pactuados no sentido de agilizar o andamento das investigações, qualificando as denúncias e trazendo justiça para as vítimas.

# 8. RECOMENDAÇÕES

A partir dos resultados desta pesquisa, foram elaboradas um conjunto de recomendações com o objetivo de aprimorar a investigação de homicídios. Para isso, é fundamental ampliar as ações em diferentes esferas, garantindo condições adequadas de trabalho para os agentes de segurança. Isso inclui melhorias tanto nos equipamentos utilizados, quanto nos fluxos e nos processos de trabalho em níveis de investigação, perícia e acompanhamento dos processos na esfera judicial.

## 1. Virtualização dos inquéritos policiais

Uma parte significativa dos processos ainda não havia sido digitalizada, uma vez que apenas 154 processos, de um total de vítimas, estavam nesse formato. A digitalização dos processos tem como objetivo facilitar o fluxo da investigação entre as Delegacias e o Poder Judiciário, além de permitir o acesso dos familiares das vítimas, uma vez que é um direito deles terem conhecimento das investigações.

## 2. Fortalecimento da perícia forense do estado do Ceará

Conforme observado nos dados, poucos inquéritos contam com evidências técnicas, a principal explicação para isso é a demora por parte da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), que justifica o atraso na produção dos laudos por conta do quadro reduzido de profissionais disponíveis. Nesse contexto, fortalecer a perícia forense teria impacto direto na qualidade das evidências disponíveis nos processos, facilitando assim a apresentação das denúncias e a subsequente responsabilização dos culpados pelo homicídio.

## 3. Fortalecimento do núcleo de inteligência da Polícia Civil

Os Núcleos de Inteligência desempenham um papel fundamental na elucidação de casos de homicídio, em especial aqueles que envolvem padrões recorrentes, como os crimes contra jovens negros que resudem em áreas periféricas. As ações de inteligência contribuem para a eluci-

dação desses homicídios por meio do uso de ferramentas e análises especializadas, além de possibilitarem a produção de conhecimento utilizado em operações.

#### **4. Apreensão de câmera e imagens relacionadas ao local em prazo razoável**

A disponibilidade de imagens diretamente relacionadas aos homicídios pode desempenhar um papel crucial na identificação de suspeitos, aumentando significativamente as chances de elucidação dos casos. Embora exista um sistema público de videomonitoramento, é comum encontrar casos em que as evidências são provenientes de câmeras de segurança particulares, que possuem capacidade de armazenamento limitada. Nesse contexto, é importante elaborar mecanismos jurídicos e técnicos que permitam a recuperação rápida dessas imagens, levando em consideração o curto período de armazenamento dessas gravações. Isso garantiria a preservação e utilização eficiente dessas evidências cruciais para as investigações de homicídios.

#### **5. Qualidade das imagens escaneadas**

Além de garantir a disponibilidade das imagens, é igualmente importante assegurar que elas sejam incluídas com a qualidade adequada. Muitas vezes, as imagens

são escaneadas para serem anexadas aos inquéritos, o que pode dificultar as atividades do Ministério Público, levando-os a solicitar o reenvio das imagens com qualidade adequada. A implementação de mecanismos de produção de documentos em ambiente virtual, ou mesmo o uso de equipamentos de scanner com maior qualidade, pode garantir a qualidade das imagens e reduzir possíveis ruídos na comunicação entre Delegacias e Ministério Público.

#### **6. Treinamento das equipes da polícia civil para evitar revitimização dos familiares das vítimas**

É crucial estabelecer protocolos de cuidados com os familiares das vítimas, juntamente com o desenvolvimento contínuo de capacitações para os profissionais da Segurança Pública. Essas medidas visam evitar a revitimização e agravamento dos riscos enfrentados pelos familiares durante o processo de investigação e julgamento dos casos de homicídio.

#### **7. Delegacias devem comunicar às unidades judiciárias a transferência para outras delegacias**

Para evitar intimações equivocadas, é recomendado que tanto as Delegacias Especializadas, quanto as Distritais comuniquem às unidades judiciárias sempre que

houver a remoção de um inquérito de uma delegacia para outra. Dessa forma, caso a intimação expedida pelo magistrado seja endereçada à autoridade policial diferente daquela responsável pela investigação, é importante indicar a Delegacia competente para evitar confusões e garantir que a intimação chegue ao local correto.

### **8. Estabelecer controles rígidos em relação aos prazos estipulados pelo poder judiciário**

Por meio de mecanismos de controle explícitos e rigorosos do andamento dos processos, é possível prevenir que a investigação fique estagnada. Em casos em que a polícia não consiga concluir a investigação dentro do prazo estipulado pela lei, é importante que o mecanismo de acompanhamento dispare alertas para os demais envolvidos no processo de elucidação e responsabilização dos homicídios.

### **9. Perícia obrigatória de celulares apreendidos na cena do crime**

Durante a realização das investigações, é comum os agentes de segurança apreenderem aparelhos celulares. Em um contexto em que os homicídios são realizados de forma profissionalizada, é fundamental que existam mecanismos que garantam a celeridade na realização da perícia desses dispositivos, por isso pode ter impacto direto

no andamento da investigação. Para tanto, é importante estabelecer uma articulação entre os elementos jurídicos e técnicos, de forma a viabilizar a realização dessa atividade dentro de um prazo adequado para a investigação.

### **10. Estabelecer fluxo entre autoridades policiais e pefoce para agilizar a entrega de laudos**

Entre os ruídos identificados na comunicação das instituições, a entrega de documentos pode ser aprimorada por meio do estabelecimento de um fluxo nítido para a entrega de laudos por parte da perícia. Idealmente, esse processo deve ocorrer em um ambiente virtual, proporcionando benefícios como a garantia da qualidade das imagens e a facilidade de acesso por parte de outros órgãos envolvidos no processo de elucidação e responsabilização pelos homicídios.

### **11. Reafirmação da competência da polícia civil para a realização de reconhecimento visuográfica de local de crime em casos suspeitos de morte por intervenção policial**

# 9. NOTA METODOLÓGICA

Para alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, foram seguidos alguns passos. Nesta seção, serão apresentadas as escolhas metodológicas utilizadas, bem como o processo de análise dos dados levantados. Em termos mais amplos, esta é uma pesquisa de natureza documental, uma vez que o objeto de estudo são os documentos produzidos durante o processo de investigação dos homicídios. Nesse tipo de pesquisa, a produção de informação parte da análise de documentos, os quais podem ser definidos como materiais nos quais informações são registradas, seja por escrito, em áudio, vídeo ou por meio de registros fotográficos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Para isso, é importante considerar conceitos e definições que orientam o processo de pesquisa, visando identificar elementos evidentes e subjacentes, e obter uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado (LIMA JÚNIOR, 2021). A primeira compreensão a ser destacada é a noção de que o documento analisado muitas vezes não é produzido

com o intuito de ser elemento de pesquisa. Além disso, é relevante considerar a forma como as informações são registradas, bem como a utilização de termos técnicos e protocolos de comunicação.

Esses elementos se manifestam na prática da pesquisa documental, na qual se percebe que o documento, em especial os registros de investigação, são registros de um processo burocrático entre diferentes atores, que seguem regras para se comunicarem. Isso pode dificultar a compreensão das informações para pessoas externas a esse contexto.

Além disso, é importante ressaltar que os registros de investigação e de trâmite judicial não abrangem todas as informações sobre o caso, uma vez que os elementos registrados são escolhidos pelos atores envolvidos no processo, de acordo com seus papéis e objetivos (PIZARRO; TERRILL; LOFASO, 2020). Pesquisas que utilizam métodos documentais para investigar homicídios destacam a importância de incluir entrevistas com os investigadores, além de corrigir as informações

obtidas. Isso aumenta a robustez da pesquisa, pois permite a inclusão de elementos que não estão presentes nos registros oficiais. É fundamental compreender que os documentos analisados não se comunicam diretamente com o pesquisador. Portanto, o pesquisador deve adotar uma postura de observação das informações, identificando tanto as informações presentes quanto as ausências nos registros.

Outro ponto crucial para a realização de pesquisas documentais é a noção de que o material analisado não é o registro fiel da realidade, nem tampouco a verdade absoluta sobre um determinado fato. Os documentos são artefatos que resultam de práticas sociais e são influenciados pelos interesses dos atores envolvidos. Eles refletem as relações de poder presentes em determinado contexto e podem ser editados, financiados, ocultados, apagados, entre outras possibilidades. É fundamental reconhecer que os documentos não são registros neutros e imparciais, mas sim produtos construídos e moldados por diversas influências. Por essa razão, os documentos não podem ser analisados de forma isolada, mas de maneira que seja considerada, no conjunto de lentes analíticas, as relações sociais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009; CERTEAU, 2011). Esta pesquisa adota essas concepções como base desde o seu planejamento inicial, abrangendo a etapa de extração, análise e discussão dos resultados.

### **Identificação e recuperação dos documentos**

A qualidade da pesquisa documental está intrinsecamente ligada aos documentos que são analisados,

uma vez que processos de recuperação ou identificação inadequados podem resultar em fragilidades nos resultados obtidos. Para esta pesquisa, adota-se o Sistema Eletrônico de Automação da Justiça (E-saj), do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE), como fonte principal dos documentos. Isso se deve ao fato de que, a partir do momento em que expira o prazo legal para a condução da investigação, o delegado deve enviar o inquérito para o Ministério Público, mesmo que não esteja concluído. Essa transferência é realizada por meio do E-saj. Portanto, o acesso aos documentos por meio desse sistema proporciona uma base sólida para a discussão e os resultados obtidos na pesquisa.

A recuperação dos dados no sistema pode ser realizada utilizando diferentes critérios, como o nome da vítima, o número do processo, o nome do advogado, algum documento de uma das partes, entre outras possibilidades. Nessa perspectiva, a primeira etapa do estudo foi identificar o nome das vítimas de homicídios ocorridos em Sobral. Para isso, utilizamos o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. O SIM é uma fonte de dados que fornece informações sobre óbitos registrados, incluindo homicídios.

O Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV) da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) realiza o monitoramento dos casos de homicídios em todo o Estado, e adota os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Utilizando as bases de dados dis-

ponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), filtramos os dados referentes às vítimas de homicídio em Sobral nos anos de 2019, 2020 e 2021. Nesse contexto, as diferentes definições de homicídio afetam a forma como as estatísticas são produzidas. Para a Saúde, o local de referência é a cidade de residência da vítima, enquanto para Segurança Pública, a referência é o local onde ocorreu o homicídio (SOUSA; SANTOS, 2022).

Diante disso, a primeira etapa consistiu em recuperar as informações relacionadas aos 313 casos indicados pelo SIM. Foi realizada uma busca no E-saj pelo nome da vítima, adotando estratégias para identificar possíveis homônimos. Durante o processo de limpeza dos dados, foram tomados cuidados específicos em relação ao local de ocorrência dos homicídios. Conforme mencionado anteriormente, para fins da Saúde, os casos são contabilizados com base na cidade de residência da vítima. Portanto, na lista utilizada como base, foram identificados casos de homicídios ocorridos em outros municípios e até mesmo em outros estados.

Após esses procedimentos, um total de 154 documentos foi recuperado. Vale ressaltar que esse número não inclui casos duplicados em eventos homicidas com duas ou mais vítimas.

Com base no número de documentos válidos, foram calculadas duas amostras representativas: uma contendo apenas vítimas mulheres e outra contendo apenas

vítimas do sexo masculino. O total de casos na amostra foi de 154, considerando uma precisão de 95% e um erro amostral de 5%. Para garantir a representatividade da amostra, foi realizado um sorteio dos documentos, assegurando assim a aleatoriedade no processo de seleção dos casos.

### **Análise dos dados e procedimentos éticos**

Após a etapa de seleção dos documentos, foi iniciada a fase de extração das informações, realizada por sete estagiárias de pós-graduação da Defensoria Pública do Ceará (DPGE), todas com formação em Direito. O processo de extração consistia no preenchimento de um questionário estruturado, composto por 104 questões, tanto objetivas quanto subjetivas. As questões foram organizadas de acordo com a descrição do documento, as características das vítimas e dos suspeitos, a forma como o homicídio ocorreu, a condução da investigação pela polícia, bem como o trâmite até a acusação e responsabilização pelo homicídio. Esse questionário foi utilizado como ferramenta para coletar as informações necessárias para a análise dos casos de homicídio estudados.

O processo de extração das informações deve ser orientado pelos princípios apresentados anteriormente, de forma a replicar as informações de maneira precisa e indicar ausência de informações quando necessário, evi-

tando possíveis vieses de interpretação. Com o objetivo de reduzir as chances de erro na extração das informações, as estagiárias receberam treinamento para realizar a leitura dos documentos de forma adequada. Além disso, foram supervisionadas para garantir a qualidade e precisão das informações coletadas. Dessa forma, buscou-se assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados obtidos durante o processo de extração.

De maneira específica, o preenchimento do questionário era iniciado com uma leitura geral do documento, permitindo às estagiárias obter uma compreensão geral do caso. Em uma segunda leitura mais detalhada, as estagiárias buscavam localizar as respostas para as questões objetivas do questionário. Para as perguntas qualitativas, as estagiárias preenchiam as respostas com base nos elementos indicados no documento analisado, fornecendo uma descrição sucinta e fundamentada na evolução da investigação. Esse processo garantia uma abordagem sistemática e criteriosa na coleta de informações relevantes para a pesquisa.

Visando garantir uma maior qualidade nas informações coletadas, alguns casos foram selecionados aleatoriamente para passarem por uma verificação adicional por outro membro da equipe. Após esse procedimento, a fase de digitação dos dados foi considerada encerrada, e então foi iniciada a etapa de análise dos dados.

Nessa etapa, as variáveis quantitativas foram analisadas utilizando o software R. Foram realizadas análises descritivas, que incluíram medidas de tendência de dispersão e de cen-

tralidade, além de testes de associação de qui-quadrado.

Por outro lado, as variáveis qualitativas foram analisadas utilizando o software IRAMUTEQ. Foram conduzidas duas principais análises: a classificação hierárquica descendente e a análise de similitude. A escolha de utilizar um software para as análises qualitativas foi motivada pelo volume de dados e pela possibilidade de identificar agrupamentos latentes nas informações.

É importante destacar que a pesquisa seguiu os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 12.965). Para garantir a proteção dos dados pessoais, as pessoas envolvidas nas etapas de levantamento, extração das informações e análise dos dados passaram por treinamento específico para evitar qualquer vazamento de informações sensíveis.

Dentre as medidas adotadas, as informações foram manuseadas apenas em mídia física, utilizando equipamentos específicos localizados nas dependências da Defensoria Pública. Após a leitura dos documentos, eles foram adequadamente descartados, garantindo a segurança das informações. Além disso, o banco de dados gerado foi despersonalizado.

Apesar dos processos judiciais serem públicos, foram aplicadas medidas rigorosas de segurança da informação, em consonância com o compromisso ético e social das instituições envolvidas nesse processo. Isso garantiu que os dados fossem tratados de forma ética e responsável, respeitando a privacidade das pessoas envolvidas.

## REFERÊNCIAS

**ALBUQUERQUE JÚNIOR**, Durval Muniz. Discursos e Pronunciamento: a dimensão retórica da historiografia. LUCA, T. R.; PINSKY, C. B (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

**ALDAMA**, Abraham. A theory of social programs, legitimacy, and citizen cooperation with the state. *Journal of peace research*, v. 59, n. 4, p. 495-507, 2022.

**BLACK**, Donald. The behavior of law: Special edition. Emerald Group Publishing, 2010.

**BRAGA**, Anthony A.; **TURCHAN**, Brandon; **BARAO**, Lisa. The influence of investigative resources on homicide clearances. *Journal of quantitative criminology*, v. 35, p. 337-364, 2019.

**BRASIL**. Decreto-Lei N° 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941.

**BUGGS**, Shani; **ZEOLI**, April M. Gun homicide research: what we know and where we need to go. *Homicide studies*, v. 26, n. 1, p. 11-26, 2022.

**CARTER**, David L.; **CARTER**, Jeremy G. Effective police homicide investigations: Evidence from seven cities with high clearance rates. *Homicide studies*, v. 20, n. 2, p. 150-176, 2016.

**CERTEAU**, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

**COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**. Cada Vida Importa: Edição especial, novembro 2022. Fortaleza: Miligrama Design, 2022.

**CONDE**, Daniel Gonçalves. Direitos Humanos e a cultura organizacional das instituições policiais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, n. 2, p. 104-121, 2022.

**DARE**, Anna J. et al. Geospatial, racial, and educational variation in firearm mortality in the USA, Mexico, Brazil, and Colombia, 1990–2015: a comparative analysis of vital statistics data. *The Lancet Public Health*, v. 4, n. 6, p. e281-e290, 2019.

**FLEMING**, Jenny; **RHODES**, Rod. Can experience be evidence? Craft knowledge and evidence-based policing. *Policy & politics*, v. 46, n. 1, p. 3-26, 2018.

**GARRIDO**, Marcos Vinicius Graciano et al. Homicides of black people in Brazil: A study of different regions, using generalized additive regression models-with a geo-spatial component. *Geospatial health*, v. 16, n. 1, 2021.

**GUEDES**, Italo de Oliveira. As condições objetivas de vida da juventude vítima de homicídio na cidade de João Pessoa. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

**KOPITKE**, A. L. Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo. (Tese). Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

**KRIPKA**, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. Revista de investigaciones UNAD, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

**LIMA JÚNIOR**, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021.

**MEDEIROS**, Flavia. “Linhas de investigação”: Uma etnografia das técnicas e moralidades sobre “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. p.287. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

**METERKO**, Vanessa; COOPER, Glinda. Cognitive biases in criminal case evaluation: a review of the research. Journal of Police and Criminal Psychology, v. 37, n. 1, p. 101-122, 2022.

**OVERSTREET**, Suzanne; MCNEELEY, Susan; LAPSEY JR, David S. Can victim, offender, and situational characteristics differentiate between lethal and non-lethal incidents of intimate partner violence occurring among adults?. Homicide studies, v. 25, n. 3, p. 220-238, 2021.

**PECINO-LATORRE**, María del Mar; PÉREZ-FUENTES, María del Carmen; PATRÓ-HERNÁNDEZ, Rosa María. Homicide profiles based on crime scene and victim characteristics. International journal of environmental research and public health, v. 16, n. 19, p. 3629, 2019.

**PÉREZ RICART**, Carlos A. et al. Guns in Latin America: Key Challenges from the Most Violent Region on Earth. Gun Trafficking and Violence: From The Global Network to The Local Security Challenge, p. 93-122, 2021.

**PIZARRO**, Jesenia M.; TERRILL, William; LOFASO, Charles A. The impact of investigation strategies and tactics on homicide clearance. Homicide Studies, v. 24, n. 1, p. 3-24, 2020.

**PRINCE**, Heather; LUM, Cynthia; KOPER, Christopher S. Effective police investigative practices: an evidence-assessment of the research. *Policing: An International Journal*, v. 44, n. 4, p. 683-707, 2021.

**REGOECZI**, Wendy C.; JARVIS, John P. Beyond the social production of homicide rates: Extending social disorganization theory to explain homicide case outcomes. *Justice quarterly*, v. 30, n. 6, p. 983-1014, 2013.

**RIBEIRO**, Ludmila; LIMA, Flora Moara. Será que vai virar processo? Determinantes da elucidação dos homicídios dolosos em uma cidade brasileira. *Opinião Pública*, v. 26, p. 66-97, 2020.

**RYDBERG**, J.; PIZARRO, J. M. Victim Lifestyle as a Correlate of Homicide Clearance. *Homicide Studies*, 18(4), 342-362, 2014.

**SOUSA**, R. S.; SANTOS, W. S. Monitoramento da violência: Caminhos e experiências. In: SOARES, L. C.E. C.; MOREIRA, L. E.; NEVES, A. L. M.; BARROS, J. P. P.. (Org.). *Psicologia social jurídica: articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil*. 1ed. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2022, v. 1, p. 142-159.

**TURANOVIC**, Jillian J. Toward a life course theory of victimization. *Criminology and public policy: Putting theory to work*, p. 85-103, 2018.

**VELOSO**, Alline Oliveira do Nascimento et al. Contexto socioespacial de vítimas de homicídio doloso em uma capital do nordeste brasileiro. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, p. 180-188, 2020.

**WELLFORD**, Charles F. et al. Clearing homicides: Role of organizational, case, and investigative dimensions. *Criminology & Public Policy*, v. 18, n. 3, p. 553-600, 2019.





**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

# RedeAcolhe

**Celular:** (85) 98895-5723 / **E-mail:** [redacolhe@defensoria.ce.def.br](mailto:redacolhe@defensoria.ce.def.br)

**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO CEARÁ**

